

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E CULTURA**

LARISSA VIEIRA SOUZA

Biblioteca escolar e formação de leitores:
uma relação a ser construída

São Paulo
2023

LARISSA VIEIRA SOUZA

Biblioteca escolar e formação de leitores:

uma relação a ser construída

Monografia apresentada ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivete Pieruccini

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Souza, Larissa Vieira
Biblioteca escolar e formação de leitores: uma relação
a ser construída / Larissa Vieira Souza; orientadora,
Ivete Pieruccini. - São Paulo, 2023.
69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Informação e Cultura / Escola de
Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Biblioteca escolar. 2. Formação de leitores. 3.
Leitura. 4. Brasil. I. Pieruccini, Ivete. II. Título.

CDD 21.ed. - 020

LARISSA VIEIRA SOUZA

Biblioteca escolar e formação de leitores:

uma relação a ser construída

Monografia apresentada ao Departamento de Informação e Cultura da Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivete Pieruccini

Aprovado em: _____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ivete Pieruccini
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. José Fernando Modesto da Silva
Universidade de São Paulo

Prof.^a Dr.^a Amanda Leal de Oliveira
Instituto Vera Cruz

Ao meu pai, minha eterna saudade.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar até aqui, e se estou a ponto de me formar bibliotecária é porque muitos estiveram comigo nessa caminhada, me dando forças, apoiando e incentivando a ir cada vez mais longe.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter sido meu guia em toda essa caminhada acadêmica, por ter me dado forças nos momentos mais difíceis e por ter feito com que eu chegasse até aqui.

À minha mãe, que sempre acreditou em mim e me incentivou a ir mais longe, obrigada por ter me apresentado a esse universo dos livros e da leitura e por ter me apoiado todos esses anos no que eu precisasse. Se hoje declaro meu amor às bibliotecas, foi porque você me apresentou a elas. Aos meus irmãos, Ariane e Matheus, e à toda a minha família.

Aos meus animais de estimação, declaro aqui o meu amor, Lucky, Bilbo, Floquinho e Tristão, vocês foram a minha alegria e conforto nos momentos difíceis.

Àqueles que trilharam essa caminhada ao meu lado, Luma e Rodrigo, vocês fizeram com que a graduação se tornasse mais leve. Obrigada pelas risadas e por todo o apoio nos momentos de desespero, sou feliz por ter trilhado essa jornada com vocês e tenho orgulho de cada trabalho que fizemos juntos. A Biblioteconomia fez mais sentido por ter vocês ao meu lado.

Ao Alex, que se tornou um grande amigo ao longo desses anos. Obrigada por todo apoio e suporte que você me deu, por estar sempre disposto a ajudar no que fosse necessário, por me auxiliar na estrutura do meu TCC e por ter revisado todo o meu trabalho com tanto empenho. Sou eternamente grata pela ajuda.

Às amigas Milena e Karina, que sempre estiveram dispostas a me ajudar no que fosse necessário. Obrigada por todo apoio e auxílio nesse processo, por me ouvirem e por estarem sempre comigo. A amizade de vocês fez toda a diferença.

À Maria, amiga que a vida me deu, obrigada por todo esse percurso que trilhamos juntas, desde a escola, na preparação para os vestibulares e nos desabafos da vida acadêmica. É maravilhoso saber que posso sempre contar com você.

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Ivete, por ter me apoiado nessa pesquisa e por todos os ensinamentos. E a todos os professores do Departamento de Informação e Cultura por todo o aprendizado e por me mostrarem que fiz a escolha certa pela Biblioteconomia.

Aos colegas de graduação, ingressantes de 2018, que trilharam essa jornada comigo. Aos colegas do curso técnico de Biblioteconomia da Escola Técnica Parque da Juventude de 2017, que construíram essa minha relação com a área. E aos professores do curso técnico, que fizeram com que eu conhecesse e me apaixonasse pela Biblioteconomia.

Agradeço a cada bibliotecário e bibliotecária que passou pela minha vida, principalmente àqueles que tiraram um tempo para me ensinar um pouco mais sobre essa área.

O apoio de cada um de vocês fez toda a diferença. Obrigada! Espero um dia poder retribuir todo esse carinho.

“Ensino e biblioteca não se excluem, complementam-se. Uma escola, sem biblioteca, é aparelho imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto.”

(LOURENÇO FILHO, 1945, p. 6)

RESUMO

SOUZA, Larissa Vieira. **Biblioteca escolar e formação de leitores**: uma relação a ser construída. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Tendo em vista a relevância da biblioteca na Educação, este trabalho problematiza o quadro de introdução deste dispositivo no país, destacando aspectos relativos à formação de leitores. A valorização das bibliotecas nas escolas é questão permanente, uma vez que se trata de instituição historicamente não reconhecida como essencial pelo poder público e pela sociedade civil. Políticas atuais buscam conscientizar sobre a importância da biblioteca dentro das escolas, partindo da necessidade de cumprimento da Lei nº12.244/10, que trata da universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do país. Busca-se indicar a importância da leitura para a formação intelectual, social e cultural dos sujeitos, discutindo-se como se dá a formação desses leitores e de que forma a biblioteca escolar pode atuar nesse processo de formação. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a fim de apresentar aspectos relacionados à biblioteca escolar, leitura e formação de leitores, visando a compreensão de pontos de conexão entre essas esferas. A análise de conteúdo de três artigos com abordagem da área da Educação contribui no entendimento sobre o papel da biblioteca escolar na formação de leitores pela perspectiva dos profissionais dessa área. Conclui-se que a biblioteca escolar tem potencial para atuar diretamente na formação de leitores, demandando, todavia, concepções, configurações e práticas que a coloquem não somente como ambiente de informação, mas de formação da comunidade escolar.

Palavras-chaves: Biblioteca escolar; Formação de leitores; Leitura; Brasil.

ABSTRACT

SOUZA, Larissa Vieira. **School library and reader formation**: a relationship to be built. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

Regarding the importance of libraries in Education, this assignment problematizes the introduction of this device in the country, highlighting the aspects related to the formation of readers. Valuing libraries in schools is a permanent issue since it is an institution historically not recognized as essential by the government and civil society. Current policies seek to raise awareness about the importance of the library within schools, based on the need to comply with Law nº 12.244/10, which deals with the universalization of school libraries in educational institutions in the country. We seek to indicate the importance of reading for the intellectual, social, and cultural formation of the subjects, discussing how these readers are formed and how the school library can act in this formation process. To this end, a bibliographical research was carried out to present aspects related to the school library, reading, and reader formation to understand the connection between these spheres. The content analysis of three articles in Education contributed to understanding the role of the school library in creating new readers from the perspective of professionals in this area. In conclusion, school libraries have the potential to act directly in the formation of readers, demanding, however, conceptions, configurations, and practices that place it not only as an information environment but the school community formation itself.

Keywords: School library; Reader formation; Reading; Brazil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Metodologia	15
2 A BIBLIOTECA ESCOLAR: UM ESPAÇO NECESSÁRIO	17
2.1 Biblioteca escolar no Brasil: pontos relevantes.....	24
2.2 Panorama atual da biblioteca escolar no Brasil	31
3 RELAÇÕES ENTRE LEITURA, FORMAÇÃO DE LEITORES E BIBLIOTECA ESCOLAR.....	36
3.1 Leitura: fonte de conhecimento.....	36
3.2 Apontamentos acerca da formação de leitores.....	40
3.3 Biblioteca escolar e formação de leitores: diálogos	46
4 BIBLIOTECA ESCOLAR E FORMAÇÃO DE LEITORES: UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho focaliza o importante papel que a biblioteca escolar pode representar na contemporaneidade como instituição fundamental para o desenvolvimento intelectual das crianças e jovens dentro das escolas, tendo em vista seus atributos para ampliar os aprendizados proporcionados dentro das salas de aula, como um ambiente construído e organizado para dialogar e disponibilizar diversos repertórios, sob diferentes suportes. Sendo assim, a biblioteca escolar se constitui como um ambiente essencial para a reunião de forma seletiva, organização e disponibilização da informação em centros educacionais.

Ao cumprir seu papel dentro das escolas, a biblioteca atua como um espaço de aprendizagem (IFLA, 1999), inscrita em uma estrutura que a considera como um *dispositivo* de ensino e aprendizagem (PIERUCCINI, 2004), que preza pela interação entre os sujeitos (BAKHTIN, 2006) e que considera o contexto individual de cada indivíduo (FREIRE, 1989), podendo ressignificar as relações que serão construídas entre as crianças e os jovens, a educação, o conhecimento e a cultura. Nessa perspectiva, a biblioteca escolar configura-se como ambiente cultural dinâmico, com potencial para atender às diferentes demandas e necessidades dos alunos a partir de processos e práticas de mediação da informação.

Ao atuar como ambiente ativo dentro das escolas, a biblioteca escolar torna-se um espaço que, além de suas atribuições características de organização e disseminação da informação, atua diretamente também na formação de leitores, uma vez que possui ferramentas para apresentar a leitura como algo importante para a construção dos indivíduos, levando-os a expandir seu contato com o universo dos signos, para além do que é ensinado dentro das salas de aula, desenvolvendo um contato mais direto entre os sujeitos e as informações e criando vínculos entre leitor e leitura.

A leitura como ato capaz de alargar o pensamento, é necessária para a compreensão dos ensinamentos em sala de aula, não se restringindo, porém, a esse limite. É preciso que o leitor reconheça a importância da leitura como um processo dinâmico e relevante para que o mundo ao redor faça sentido. No entanto, o que se vê, muitas vezes, são leitores formados apenas para decodificar as palavras, com dificuldades de significar, portanto, não aptos a compreender e interpretar o que foi lido (DUMONT, 2002; MARTINS, 1994). Esses leitores acabam, quando muito, por replicar o que leem, incapazes de decifrar e se apropriar da leitura. Ao realizar essa

leitura mecânica, o ato de ler deixa de fazer sentido e a leitura se torna atributo irrelevante para a vida desses leitores meros decodificadores.

Esse contato direto com a biblioteca escolar desde o início da alfabetização pode amplificar o processo de leitura, tornando-se ato significativo, repleto de sentidos, condição intrínseca ao buscar e ao apropriar-se das diversas informações necessárias para alimentar o desejo e as necessidades dos sujeitos. Saber lidar com a informação, frente ao paradigma atual da Sociedade da Informação¹, fazendo o melhor uso dela, apesar do constante bombardeio informacional a ser enfrentado cotidianamente, é importante para que os sujeitos aprendam a avaliar criticamente o que leem e se tornem, assim, cidadãos ativos na vida em sociedade.

Mesmo a leitura tendo extrema importância na vida dos indivíduos, o que se vê hoje, no Brasil, é um índice abaixo da média de leitores. Em um estudo feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), busca avaliar os índices de leitura, matemática e ciências de estudantes ao redor do mundo, compreendendo tais conhecimentos como necessários para a vivência em sociedade (OCDE, 2019). O último estudo foi realizado em 2018² e demonstrou que o Brasil possui uma pontuação abaixo da média esperada em leitura, com 50% dos estudantes sem atingir o nível de proficiência esperado, índice esse que se mantém desde 2009 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [2019]).

Esse resultado demonstra um grande déficit do país com relação à formação de leitores, o que confirma a necessidade de investir em políticas de incentivo e melhoria nos processos educacionais. Encontrar caminhos para superar esses índices é importante para o desenvolvimento individual e coletivo. É preciso compreender quais processos devem ser alterados para que as crianças e os jovens saiam da escola como verdadeiros leitores, capazes de compreender o processo de leitura.

A biblioteca escolar, ao ser incorporada às escolas e atuando diretamente nos processos de formação dos leitores, pode ser um dos meios de melhorar o índice de

¹ A Sociedade da Informação “[...] baseia-se em um modelo de sociedade onde a informação encontra-se presente, de maneira intensa, na vida social dos povos de todos os países, independente do seu nível de desenvolvimento, tamanho, ou filosofia política, desempenhando um papel central na atividade econômica e na criação de riqueza.” (FURTADO, 2004, p. 1 apud CHAGAS, 2011, p. 45).

² Por conta da pandemia de Covid-19, o PISA 2021 foi adiado para 2022, por essa razão, o PISA 2018 foi a última avaliação divulgada.

leitura do país, ao trabalhar em conjunto com a sala de aula no desenvolvimento de meios que considerem a construção da relação entre leitor-leitura. No entanto, a realidade que reverbera no país é a de desqualificação do papel da biblioteca dentro das escolas, desconsiderando-a como um espaço que possui as qualificações necessárias para compor o corpo educacional e contribuir de forma significativa na formação de leitores. O que ocorre é a permanência de uma cultura de biblioteca como depósito e apoio somente às necessidades dos docentes, como um espaço secundário dentro das escolas (CHAGAS, 2011).

Evidência disso é que, em 2018, 55% das escolas ainda não possuíam bibliotecas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). Isso frente à legislação de universalização das bibliotecas escolares, que estipula sua obrigatoriedade em todas as escolas do país (BRASIL, 2010). Tal resultado demonstra que existe na sociedade brasileira uma falta de cultura de biblioteca escolar (VIANA, 2014), e que esse espaço continua visto como um ambiente somente de armazenamento de livros, ignorando-se sua real importância nos dias de hoje para o desenvolvimento estudantil e, em decorrência, da sociedade como um todo.

Aprender a ler é um direito de todo cidadão e é preciso explorar formas de desenvolver esses leitores críticos. A biblioteca escolar, como um espaço educacional e cultural (FRAGOSO, 2005), possui as ferramentas para cooperar e contribuir nesse processo e, por isso, precisa ser percebida e concebida como dispositivo educativo, essencial e necessário na formação de leitores dentro das escolas brasileiras.

Hoje não se concebe uma sociedade desenvolvida que exista sem livro ou biblioteca, sem leitura ou informação. Incorporar o livro e, principalmente, a biblioteca na formação da criança é pré-requisito para a formação integral do cidadão adulto. Portanto, o papel da biblioteca escolar é primordial na construção dessa trajetória do leitor em formação. (SILVA; BORTOLIN, 2006, p. 9)

Essa discussão acerca do papel da biblioteca escolar na formação de leitores é recorrente em produções que tratam sobre a biblioteca escolar. Diversos trabalhos já buscaram demonstrar, de diferentes formas, a ligação existente entre biblioteca escolar e leitura e biblioteca escolar e formação de leitores, o que demonstra uma dedicação dos pesquisadores em enfatizar o seu papel como espaço necessário dentro das escolas. (CAMPELLO, 2013; OLIVEIRA, 2018).

Mesmo com a aprovação de leis que reivindicam a implementação de bibliotecas escolares, com pesquisadores explanando a importância da biblioteca escolar e com a luta constante da classe bibliotecária pelo cumprimento da Lei nº12.244/10, infelizmente se mantém a afirmação de que “Envolta em um emaranhado de ações e inações, vozes esparsas e silêncios, a biblioteca escolar no Brasil é mais sonho que realidade.” (VIANA, 2014, p. 21).

Por isso, é relevante manter acesa tal discussão, como uma forma de reivindicar e contribuir na busca de possibilidades de desenvolvimento pessoal e social que estes ambientes podem ter. A biblioteca escolar é um espaço formador de leitores, e como tal, precisa ser valorizada.

O presente trabalho trata da importância da biblioteca nas escolas e o seu papel na formação dos leitores. Tal objeto exigiu uma abordagem interdisciplinar considerando-se tanto a contextualização da biblioteca escolar, seu papel, importância e relação com a formação de leitores; bem como textos do campo da Educação, de modo a compreender o que é a leitura e apreender alguns elementos acerca da formação de leitores. Há, ainda, que considerar a visão dos profissionais de bibliotecas, uma vez que a problemática implica diretamente as esferas da ação e das instituições que as realizam.

Com isso, espera-se contribuir com os estudos no que diz respeito à relação entre a biblioteca escolar e a formação de leitores, destacando a importância desta instituição dentro das escolas brasileiras para o desenvolvimento de leitores críticos e conscientes de seu papel social. É preciso continuar a luta pela valorização das bibliotecas escolares. Ela tem sido constante e vale a pena a sua manutenção como forma de buscar vislumbrar-se resultados para o país, em termos de desenvolvimento social e econômico. Também para que a própria sociedade possa reconhecer a biblioteca como instituição importante para si mesma e o seu próprio desenvolvimento.

1.1 Metodologia

A metodologia utilizada para a estruturação do trabalho, seguindo as atribuições de Severino (2013), é a pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Para isso, foram feitas pesquisas a partir dos recursos de busca: Catálogo bibliográfico da Universidade de São Paulo; Brapci – Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação; SciELO – Scientific Electronic Library Online;

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, para localizar materiais como livros, teses, dissertações, artigos e trabalhos de conclusão de curso que correspondesse às necessidades da pesquisa.

O referencial teórico selecionado tem caráter interdisciplinar, ao relacionar textos provenientes dos campos da Biblioteconomia e da Educação para a construção da discussão em torno do objeto.

Em seguida foi feita uma análise de conteúdo de três artigos de periódicos da Educação, que foram selecionados por meio da Busca Integrada da Universidade de São Paulo (USP). Com base neles, buscou-se construir uma argumentação acerca da atuação da biblioteca escolar na formação de leitores pelo olhar de profissionais da educação.

2 A BIBLIOTECA ESCOLAR: UM ESPAÇO NECESSÁRIO

As bibliotecas estão presentes no mundo desde os tempos antigos, atuando como espaços de preservação e organização do conhecimento. A história das bibliotecas nos mostra como o papel dessa instituição foi sendo alterado ao longo dos anos, deixando de funcionar apenas como um local de conservação dos registros do saber e se abrindo como um espaço de disseminação do conhecimento. Essa alteração nas funções das bibliotecas implicou também nas diferentes possibilidades de atuação sociocultural que a biblioteca foi adquirindo e acumulando.

Na Antiguidade, as bibliotecas que se destacam eram construídas com o intuito de conservar os conhecimentos até então produzidos, como a Biblioteca Mesopotâmica de Nínive e a Biblioteca de Alexandria. Já na Idade Média, as bibliotecas estavam ligadas aos ambientes monásticos, reservadas aos monges das igrejas, que obtinham todo o controle sobre os manuscritos produzidos, uma vez que a Igreja exercia grande poder de controle social. É no decorrer desse mesmo período histórico que o papel das bibliotecas começa a se transformar e é possível contemplar o surgimento de outros modelos de bibliotecas como as das universidades e as bibliotecas particulares (MARTINS, 1996).

Com o passar dos anos, as bibliotecas foram sendo desenvolvidas de acordo com as demandas e necessidades das sociedades, todavia articuladas a interesses sociopolíticos. Na atualidade, se pode listar uma extensa tipologia de bibliotecas, estando dentre elas as públicas, escolares, especializadas, privadas e universitárias. Cada uma possui um caráter frente aos contextos que pretendem atender, buscando adequar seus serviços de construção, tratamento e uso das coleções aos grupos sociais a que se destinam. Mas, mesmo cada biblioteca tendo um papel intrínseco a desempenhar, a partir do contexto em que funciona, existe uma característica comum entre elas: a responsabilidade de selecionar, organizar e distribuir informações, de participar do universo de conhecimento e cultura.

Dentre essas, a biblioteca escolar se caracteriza nos dias de hoje como uma instituição com o intuito de ampliar a educação e o ensino dos estudantes, a despeito de nível escolar ou faixa etária, tendo como missão apoiar a educação e contribuir com os processos educacionais, no quadro de um mundo em permanente mudança, deflagrado, sobretudo, pela industrialização do mundo moderno. Sendo a escola esse espaço destacado onde se dará, dentre outros aspectos, a construção

intelectual dos sujeitos, a biblioteca escolar, de maneira conjunta, torna-se dispositivo essencial da formação de conhecimentos dos estudantes ao se mostrar como um local propício para a disseminação e apropriação informacional. Nesse sentido, “[...] a biblioteca escolar não só apoia as atividades pedagógicas da escola, mas também, ela própria, é local e oportunidade de aprendizagem.” (PAIVA; DUARTE, 2017, p. 101).

Essa ideia da biblioteca escolar como um local de aprendizagem irá se consolidar no Manifesto das Bibliotecas Escolares, de 1999, produzido pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), órgão que atua na defesa dos interesses biblioteconômicos, em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Nesse documento são descritas quais as funções da biblioteca escolar, retratando-a como um local que “propicia informação e idéias [sic] fundamentais para seu funcionamento bem sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento.” (IFLA, 1999, p. 1). Tendo como base a informação e o conhecimento, a biblioteca escolar poderá, através da aprendizagem, auxiliar na construção de cidadãos responsáveis (IFLA, 1999).

O Manifesto coloca a biblioteca escolar como atuante dentro das escolas no ensino e na aprendizagem dos indivíduos. Para isso, é necessário que a biblioteca esteja alinhada aos parâmetros da instituição que atende, atentando para a diversidade de públicos que virá a responder. Segundo Roca (2012, p. 20) a biblioteca escolar constitui “[...] um recurso educacional de grande valor que deve, ela e seu uso, estar integrado em um projeto curricular e educacional da escola, convertendo-se em um elemento ativo que favoreça os processos de ensino e aprendizagem e que apoie o trabalho docente.” Dessa forma, a biblioteca escolar não será considerada como uma única e mesma biblioteca, ou seja, ambiente estático e imutável, mas sim um espaço dinâmico, que precisa ser flexível às realidades em que se insere para que consiga atender às necessidades informacionais do seu público, de acordo com o contexto sociocultural da instituição educacional em que está localizada.

A biblioteca escolar tem de ser vista como um espaço capaz de construir sujeitos conscientes e críticos, que saibam lidar com as informações, não de forma mecanizada, de modo a que sejam capazes de construir novos conhecimentos a partir dessas informações. Para Santos e Almeida (2021, p. 2) “As bibliotecas

escolares, como dispositivos pedagógicos de construção do conhecimento, se sobressaem como meios de resistência a tecnização do ensino, com amplas condições de mediar o conhecimento histórico e socialmente construído.” Isso só será possível se a biblioteca escolar tiver o seu papel ressignificado dentro da instituição de ensino, sendo tomada não como mero espaço de guarda ou distribuição de livros, mas lugar de conhecimento que “promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios.” (IFLA, 1999, p. 1).

Para Fragoso (2005), a biblioteca escolar possui duas funções: uma educativa e uma cultural. A educativa, que atua

desenvolvendo habilidades de estudo independente, agindo como instrumento de auto-educação, motivando a uma busca do conhecimento, incrementando a leitura e ainda auxiliando na formação de hábitos e atitudes de manuseio, consulta e utilização do livro, da biblioteca e da informação. (FRAGOSO, 2005, p. 127)

Como ambiente cultural, a biblioteca escolar “torna-se complemento da educação formal, ao oferecer múltiplas possibilidades de leitura e, com isso, levar os alunos a ampliar seus conhecimentos e suas idéias [sic] acerca do mundo.” (FRAGOSO, 2005, p. 127). A biblioteca escolar, dessa forma, tem como princípio atuar diretamente na formação de sujeitos capazes de lidar com a informação, ampliando seus horizontes informacionais e culturais para além do ambiente educacional, desempenhando, portanto, seu papel educacional e cultural a partir das instituições de ensino. De tal maneira, a biblioteca escolar atua no desconfinamento cultural, como uma plataforma de lançamento dos sujeitos no universo cultural e simbólico.

Tal perspectiva vai ao encontro à definição de biblioteca escolar trazida pelas Diretrizes da IFLA para a Biblioteca Escolar (2016), em que se aponta essa biblioteca como “um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural.” (IFLA, 2016, p. 19). A biblioteca escolar, a partir disso, constitui organismo inextricável do processo educacional dos indivíduos, sendo considerada espaço essencial para a construção dos sujeitos, pois, “[...] a biblioteca

não é uma instituição diferenciada, e sim parte da instituição escolar.” (ROCA, 2012, p. 25), sendo assim, a biblioteca escolar se faz “[...] parte integral do processo educativo” (IFLA, 1999, p. 2).

Essa consideração introduz perspectiva diferenciada sobre a biblioteca da escola, que ultrapassa a ideia de espaço de apoio escolar. Para que seja vista como parte do processo educativo, é importante que a biblioteca escolar seja, como um todo, uma biblioteca que, além de narrativas que estimulem a construção de estudantes conscientes e críticos, realize ações concretas nessa direção e que resulte “[...] numa escola que possa formar cidadãos críticos, capazes de utilizar criticamente o conhecimento construído na escola para analisar o real e, diante dele, fazerem as suas opções profissionais, culturais e políticas, de forma consciente, livre e autônoma.” (SILVA, 1999, p. 20), e, nesse processo, a biblioteca escolar aparece como espaço privilegiado que poderá trabalhar em conjunto na construção desses cidadãos através de articulações com o meio pedagógico que levem em consideração a formação intelectual e sociocultural dos sujeitos. Para que isso seja possível é necessário vislumbrar a biblioteca escolar como um todo, um conjunto que será capaz de construir relações, vínculos entre alunos e o universo dos signos.

Pieruccini (2004), ao tratar das relações entre bibliotecas escolares e a busca informacional, as nomeia como *dispositivos*. Para a autora, a articulação entre os diferentes elementos constitutivos da biblioteca resulta um *dispositivo* que extrapola sua dimensão material. O dispositivo, assim, é gerador de uma *ordem*, de caráter simbólico, que funciona como narrativa, capaz de agregar significados à biblioteca.

A biblioteca escolar, nesse sentido, é vislumbrada como um *dispositivo* composto por “arquitetura e ambiente, técnicas e tecnologias, processos e produtos, regras e regulamentos, conteúdos materiais e imateriais, responsáveis por sobrepor significados aos significados por ela guardados, constituindo-se *elementos de sua natureza*.” (PIERUCCINI, 2004, p. 45, grifo da autora).

[...] os *dispositivos*, como o próprio nome diz, dispõem, isto é, ordenam, organizam, prescrevem. De tal modo que podemos falar na existência de uma ordem informacional cuja natureza é semiológica. Assim, os *dispositivos*, não apenas disponibilizam a informação, mas dizem, contam, narram – produzem significados. A ordem informacional aí apresentada é tanto materialidade, como signo, linguagem, discurso. (PIERUCCINI, 2004, p. 58, grifo do autor)

A *ordem* da biblioteca escolar, portanto, pode atuar para que os alunos a vejam como relevante para a sua formação. “As bibliotecas escolares fornecem um valor significativo à comunidade educativa” (IFLA, 2016, p.23), mas, para isso, não basta apenas dispor de uma biblioteca escolar, mas sim vê-la e configurá-la como parte essencial no processo de significação dos sujeitos, principalmente frente à complexidade que caracteriza a Sociedade da Informação, em que cada vez mais não basta somente compreender como lidar e fazer uso das informações disponíveis nas redes, mas, sobretudo, aprender a *conhecer o conhecimento*, suas lógicas, suas dinâmicas, sua natureza (informação verbal)³.

Roca (2012) apresenta quadros que definem características para a atuação da biblioteca escolar. A autora elenca ações gerais constitutivas da biblioteca escolar entendidas como suporte ao corpo pedagógico, conforme abaixo:

Quadro 1 – Ações de apoio da biblioteca escolar às práticas educacionais

AÇÕES DE APOIO VINCULADAS À PRÁTICA EDUCACIONAL (serviços, atividades ou programas) - <i>DIMENSÃO EDUCACIONAL</i>
<p>A biblioteca escolar é um agente interdisciplinar, catalisador de demandas educacionais que exigem o uso de materiais específicos vinculados a trabalhos de pesquisa e a atividades de leitura e escrita.</p> <p>1. Ações de apoio para toda escola (localizadas em um contexto específico ou que se referem a uma necessidade da escola)</p> <p>Apoio a projetos pontuais realizados na escola.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Facilitar os materiais e os recursos necessários para a realização das atividades dos projetos. • Desenvolver ações em determinados aspectos dos projetos colaborando para sua difusão e dinamização. <p>Dinamização cultural aproximando escola e sociedade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades culturais ao longo do ano escolar em função de efemérides locais ou nacionais. • Promover e difundir atividades culturais do contexto social em que a escola está inserida. <p>Função social como espaço aberto à comunidade educacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de atendimento às desigualdades entre os alunos e necessidades educacionais especiais. • Desenvolver ações e atividades de envolvimento das famílias na promoção

³ Informação fornecida pela Prof.^a Dr.^a Ivete Pieruccini em aula da disciplina CBD0285 Infoeducação: teoria e prática.

da leitura.

2. Ações de apoio ao trabalho da sala de aula (localizados dentro de uma atividade específica, dentro de uma sequência formativa determinada e em uma programação).

Apoio ao trabalho da área ou de sala de aula.

- Desenvolver ações e atividades de apoio às solicitações dos professores em relação a trabalhos de pesquisa ou resolução de problemas de pequena ou grande magnitude.
- Facilitar as atividades de reforço educativo e de adaptações curriculares para o atendimento dos alunos com problemas de aprendizagem.
- Desenvolver na biblioteca local de autoaprendizagem das diferentes matérias.

Apoio na aprendizagem de habilidades para pesquisar e informar-se.

- Desenvolver ações de apoio referentes ao acesso e a melhor utilização dos distintos tipos de materiais, na formação básica de usuários da biblioteca.
- Desenvolver ações de apoio na aplicação das etapas de trabalho intelectual para a realização de trabalhos ou projetos de pesquisa em uma matéria ou interdisciplinares.

Apoio no desenvolvimento de atividades de leitura e escrita.

- Oferecimento de recursos bibliográficos (material ou digital) para uso dos diferentes tipos de textos.
- Oferecimento de leituras literárias para a formação de experiências literárias.

Fonte: Roca (2012, p. 27)

A autora apresenta possibilidades de ações que podem ser desenvolvidas pela biblioteca escolar e divide essas ações em duas: as voltadas para um panorama mais geral e as direcionadas para servir de auxílio às atividades desenvolvidas em sala de aula. Vale ressaltar, nesse caso, que a biblioteca escolar não deve ser vista somente como um *apoio* da sala de aula, um local que depende das necessidades escolares especificamente, como indicado pela autora na nomenclatura utilizada no quadro acima. Conforme nossa perspectiva, o papel da biblioteca escolar como *apoio* é restritivo em relação às inúmeras dimensões possíveis da biblioteca escolar como dispositivo de mediação cultural, que ultrapassa, inclusive, a ideia de disseminação informacional e cultural, para inscrever-se como instituição com projeto educacional próprio, a partir de suas especificidades. Trata-se de superar o modelo de oferta de recursos informacionais apenas com o intuito de atuar na construção de sujeitos conscientes por meio de todo um conjunto que dá vida a esse *dispositivo* informacional (PIERUCCINI, 2004).

Hillesheim e Fachin (1999) confirmam isso ao afirmar que as bibliotecas escolares vão além de um apêndice nas escolas, “A Biblioteca Escolar deve trabalhar com os professores e alunos e não apenas para eles.” (HILLESHEIM; FACHIN, 1999, p. 66).

Esclarecida essa questão, através das atividades indicadas no quadro é possível avistar ações importantes a serem desenvolvidas pela biblioteca escolar para a formação educacional dos alunos. O trabalho da biblioteca se expande dentro do universo educacional para o de um *dispositivo* dinâmico e repleto de experiências, em que será possível tanto agir de comum acordo com as atividades desenvolvidas em sala de aula, quanto atuar na formação dos alunos. Seguindo ainda sobre o papel da biblioteca escolar, além do exposto no quadro acima, Hillsheim e Fachin (1999) também elencam objetivos para esse espaço que ampliam o que foi citado por Roca (2012), indicando que a biblioteca escolar pode:

- ampliar conhecimentos, visto ser uma fonte cultural;
- colocar à disposição dos alunos um ambiente que favoreça a formação e desenvolvimento de hábitos de leitura e pesquisa;
- oferecer aos professores o material necessário à implementação de seus trabalhos e ao enriquecimento de seus currículos escolares;
- colaborar no processo educativo, oferecendo modalidade de recursos, quanto à complementação de ensino-aprendizagem, dentro dos princípios exigidos pela moderna pedagogia;
- proporcionar aos professores e alunos condições de constante atualização de conhecimento em todas as áreas do saber;
- conscientizar os alunos de que a biblioteca é uma fonte segura e atualizada de informações;
- estimular nos alunos o hábito de frequência a outras bibliotecas em busca de informações e/ou lazer;
- integrar-se com outras bibliotecas, proporcionando intercâmbios culturais, recreativos e de informações. (HILLESHEIM; FACHIN, 1999, p. 68).

Os autores colocam como papel da biblioteca escolar servir como espaço educacional e cultural para a comunidade escolar por inteiro, atendendo às demandas tanto pedagógicas, das salas de aula, quanto de exploração da capacidade de ensino-aprendizagem dos próprios alunos. Vê-se que no primeiro quadro há uma visão mais clara das funções desempenhadas pela biblioteca escolar voltadas para a relação entre corpo escolar e biblioteca, na construção de relações

entre as atividades desenvolvidas por ambos. Já na segunda lista, é possível ver uma abertura mais específica para as possibilidades de atuação da biblioteca escolar para com os próprios alunos, mostrando-a como um espaço democrático, educacional e cultural, que pode ampliar a visão de mundo dos sujeitos e desenvolver o sentido do ambiente da biblioteca como fundamental à constituição de sua identidade. Uma vez que ela pode vir a ser a primeira biblioteca com que os estudantes terão contato, é papel dessa biblioteca escolar integrar-se com outras bibliotecas num esforço por introduzir práticas concretas que favoreçam o desenvolvimento de uma cultura de biblioteca entre os alunos, por meio de vivências significativas que se incorporem aos valores e interesses da comunidade escolar, incluindo-se aí as famílias dos estudantes.

Isso posto, uma das características que é sempre atribuída à biblioteca escolar é a de espaço de leitura. Em citações utilizadas acima, tanto do Manifesto da IFLA, quanto dos autores que estudam a questão, verifica-se que a descrição da biblioteca escolar vem sempre atrelada à da leitura. Se tal perspectiva é procedente, por outro lado, frente à realidade atual, se está diante de um fenômeno novo – a chamada era da informação. A ordem informacional contemporânea, cuja complexidade afeta diretamente a formação das mentalidades, implica rever o caráter e a natureza das ações, observando novos pontos que dizem respeito ao agir de forma direta na produção de significados e na formação dos sujeitos. Considerar os processos a partir das escolas é uma das formas que a biblioteca dispõe para tratar objetivamente da formação de leitores.

No entanto, a abordagem da questão exige um recuo buscando-se compreender um pouco mais sobre o papel histórico das bibliotecas escolares em solo brasileiro, sobretudo face ao quadro complexo que a caracteriza.

2.1 Biblioteca escolar no Brasil: pontos relevantes

Para compreender o papel da biblioteca escolar no país, é importante observar os caminhos da instituição entre nós. A história das bibliotecas escolares no Brasil mescla-se com a história das próprias bibliotecas brasileiras de diferentes tipologias, tendo seu início ainda na colônia portuguesa.

O percurso da biblioteca escolar no Brasil começou em 1549 com a instalação do Governo-geral em Salvador, na Bahia. Após a chegada de Pedro Álvares Cabral o Brasil ficou por muitos anos sendo uma colônia de exploração. Somente com o

início do Governo-geral é possível vislumbrar planos de desenvolvimento sob perspectiva “administrativa, econômica, política, militar, espiritual e social” (MORAES, 1979, p. 1) da colônia portuguesa. Com essa concepção, junto dos colonos enviados para governarem o território que seria chamado Brasil, são enviados também religiosos com a intenção de catequizar e “instruir” os povos indígenas, uma vez que a Igreja era considerada a grande detentora de conhecimentos ainda na época. Esses religiosos eram das ordens Jesuítas, Franciscanos, Carmelitas e Beneditinos (MORAES, 1979).

Entre esses, os Jesuítas foram os que ganharam destaque nesse período colonial. O processo de catequização e instrução que era feito por eles dependia diretamente dos livros disponíveis. Por essa razão, os colégios religiosos contavam com bibliotecas que serviam de apoio para essa missão. São essas as primeiras bibliotecas “escolares” do Brasil. Ainda que fossem bibliotecas controladas pela Igreja, desempenhavam um papel educacional, seguindo os preceitos daquele período.

Uma vez que era proibido a impressão de livros na colônia, era necessário que os jesuítas recorressem à metrópole, Portugal, para obter as obras que necessitassem, além de copiarem cartilhas para ensinar os nativos (MORAES, 1979). Segundo Guida (2019, p. 1) “Com o abastecimento de livros, os jesuítas, ao final do século XVI, já tinham criado uma biblioteca em cada um de seus colégios, nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.” Essas bibliotecas, no entanto, ainda eram muito restritivas e atendiam principalmente às necessidades dos jesuítas, “Em termos conceituais, as bibliotecas escolares nesse primeiro momento podem ser definidas como ‘as bibliotecas dos religiosos’. Os alunos não tinham acesso direto ao acervo, tudo que lhes chegava era pelo intermédio daqueles que ensinavam.” (OLIVEIRA; SOUZA, 2020, p. 29).

Além dos jesuítas, ainda existiam alguns membros da elite que constituíam acervos próprios de livros que eram trazidos de suas viagens à Europa; mas era principalmente a Companhia de Jesus que detinha o monopólio sobre as bibliotecas (ou livrarias, como eram chamadas) e a educação (SCHWARCZ, 2002). Essas bibliotecas eram compostas principalmente por obras de cunho religioso, mas havia também obras de outras áreas do conhecimento como história, geografia, literatura, gramática, matemática, medicina e filosofia, um acervo “de nível universitário” (MORAES, 1979).

Todo esse investimento nas bibliotecas feito pelos jesuítas desde sua chegada ao Brasil em 1549, sofreu um imenso declínio com a expulsão da Companhia de Jesus, que ocorreu em 1759, determinada pelo diplomata de Portugal, Marquês de Pombal. A Reforma Pombalina, seguindo os preceitos do Iluminismo, fez com que os jesuítas, devido à grande influência que detinham, fossem expulsos da colônia⁴ e seus bens abandonados à mercê, dentre esses, as bibliotecas jesuíticas.

As bibliotecas sofreram um golpe terrível com a expulsão da Companhia de Jesus. Todos os seus bens foram confiscados, inclusive as bibliotecas. Livros retirados dos colégios ficariam amontoados em lugares impróprios, durante anos, enquanto se procedia ao inventário dos bens dos inacianos. Se uma ou outra obra foi incorporada aos bispados, algumas remetidas para Lisboa, a quase totalidade foi dilapidada, roubada ou vendida como papel velho a boticários para embrulhar unguentos. O clima úmido e os insetos deram cabo do restante. (MORAES, 1979, p. 6)

Com isso, encerrou-se o primeiro contato do Brasil Colônia com as bibliotecas escolares. Ainda que existissem outras bibliotecas dentro de outras ordens religiosas, eram os jesuítas que desempenhavam esse papel educador entre os que viviam na colônia. Tal empreitada fez com que a partir daí as bibliotecas escolares fossem esquecidas por um longo período. Os relatos que surgem são principalmente de bibliotecas privadas dentro de colégios e que eram voltadas à elite que aqui vivia. É somente em 1808 com a vinda da família real ao Brasil que voltamos a ouvir falar de forma mais ampla de bibliotecas no Brasil. “Depois da invasão jesuítica do século XVI, a maior transformação que a Colônia sofreu em sua vida intelectual foi a vinda de D. João VI em 1808.” (MILANESI, 1983, p. 107).

Quando vinda a Família Real portuguesa para o Brasil, em fuga das tropas de Napoleão Bonaparte, a colônia passou por mudanças significativas quanto ao seu desenvolvimento. Além da família real ter trazido membros da elite portuguesa, que constituiriam a nova corte real, a bagagem incluía a Biblioteca Real e a Impressão Régia, que até então era proibida no Brasil. Isso fez com que houvesse uma maior

⁴ “Por sinal, com o tempo a Companhia transformou-se numa verdadeira potência econômica. Se no início viviam da esmola real, aos poucos os jesuítas enriqueceram, emprestando casas, arrendando terras e controlando o rico comércio de especiarias cultivadas nas aldeias por eles dominadas. A hegemonia era tal que no século XVIII as coroas ibéricas extinguíram a ordem.” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 42)

circulação de livros pelo país e demonstra o valor dos livros naquele período. A princípio a biblioteca é hospedada no Hospital da Ordem Terceira do Carmo; com o retorno da realeza para Portugal a biblioteca se mantém aqui e com a independência do Brasil a Biblioteca Real se transforma na Biblioteca Nacional.

Apesar de tudo, nesse período os investimentos em educação eram mais voltados para o ensino superior, com o desenvolvimento de cursos especializados no país. Houve, portanto, uma proliferação maior de bibliotecas especializadas para suprir esses cursos, mas o ensino inicial ainda era pouco assistido. As bibliotecas escolares continuaram desvalorizadas e, de modo geral, o que se teve foram algumas bibliotecas particulares, em conventos, a Biblioteca Real e as bibliotecas de ensino superior (MORAES, 1979). O que há de significativo para as bibliotecas escolares neste momento é a criação do Colégio D. Pedro II que traz em suas normativas a necessidade de uma biblioteca escolar, sendo, segundo Viana (2014), o primeiro documento escolar a sinalizar a necessidade de uma biblioteca.

A educação praticada ao longo do Império permite considerar que a ação do poder público foi excludente e elitista. Ao responsabilizar-se apenas pelo ensino superior e pela educação dos jovens ricos que frequentavam o Colégio D. Pedro II, o governo deixa evidente que a educação não era um direito para todos, mas apenas bem simbólico a ser usufruído por aqueles que pertenciam à classe socioeconômica elevada. Durante este período, marcado pelo péssimo estado do ensino, a ausência de livros e bibliotecas prevaleceu. Se existiam, eram poucas e restritas à pequena parcela da população, não compondo a miserável cena que era o ensino primário e secundário. (VIANA, 2014, p. 28)

No período colonial, portanto, evidencia-se o descaso com a educação e as bibliotecas escolares nesses primeiros três séculos da história do Brasil. Há um caminho traçado onde o ensino da elite é valorizado e o restante da população fica necessitado de políticas educacionais consistentes e que valorizem a educação para a sociedade brasileira como um todo.

Esse cenário começou a mudar anos depois com iniciativas que procuravam valorizar a educação dentro do país, fazendo com que a biblioteca escolar voltasse a vigorar como figura essencial dentro das escolas brasileiras. O movimento Escola Nova, que tem seu pontapé inicial com a divulgação do Manifesto Escola Nova em 1932, era encabeçado por nomes importantes da educação brasileira como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Cecília Meireles. Esse

movimento buscava trazer uma renovação no âmbito educacional, propondo uma educação laica, gratuita e obrigatória para todos, que levasse em consideração a criação de cidadãos conscientes e críticos (VIDAL, 2013).

O Movimento Escola Nova demarcou tanto o campo da educação, quanto o das bibliotecas escolares, enfatizando a importância da educação pública e democrática, que tivesse capacidade de formar “cidadãos críticos e participativos” que não apenas transmitisse o conhecimento, mas que considerasse a troca de conhecimentos em um “processo de ensino-aprendizagem.” (VIANA, 2014, p. 30). Com essa ênfase na educação e na leitura, a biblioteca escolar apareceu como destaque desse processo de ensino-aprendizagem proposto pelos escolanovistas.

Com tais ideais, começaram a surgir em algumas cidades brasileiras projetos que levaram em consideração a biblioteca escolar dentro das escolas.

No Rio de Janeiro a reforma do ensino, instituída por meio do Decreto nº 3281, e aprovada em 23 de janeiro de 1928, previa a instalação de bibliotecas para alunos e professores em cada escola primária. Já no Estado de São Paulo, com o Código de educação de 1933, que orientava a reforma do ensino paulista, as bibliotecas escolares foram oficialmente instituídas como organismos a comporem a cena escolar. (VIDAL, 2004, p. 191 apud VIANA, 2014, p. 31)

A partir de 1930, vê-se uma ascensão e valorização do profissional que atuava nas bibliotecas⁵, o que fomentou na criação de cursos de Biblioteconomia, da Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura de São Paulo (1936) e de Conselhos e Associações para os profissionais bibliotecários. Além disso, houve uma expansão nas propostas de criação e administração das bibliotecas para regulamentá-las e fazer com que esses espaços adquirissem funções técnicas básicas e específicas para que se tornassem convidativos, e, acima de tudo, locais agradáveis de contato com o livro e que atuariam no incentivo à leitura (VIDAL, 2014). Com isso, é possível ver um maior envolvimento entre profissionais da educação e a biblioteca escolar, concomitantemente à criação de um campo novo, a própria Biblioteconomia, por volta dos anos 1940.

Destaca-se entre as iniciativas no campo da biblioteca escolar nesse período a da Biblioteca Infantil Caetano de Campos, de 1925, em São Paulo, e,

⁵ A regulamentação do profissional bibliotecário ocorre somente com o Decreto de Lei nº 4.084 de 1962.

posteriormente a Biblioteca da Escola Primária do Instituto de Educação de 1932, no Rio de Janeiro, que marcaram a história das bibliotecas escolares brasileiras com projetos que tinham como princípio a integração dos alunos com o espaço da biblioteca, dando grande ênfase à leitura através de ambientes adequados e acolhedores.

A Biblioteca do Instituto Caetano de Campos, após ficar um longo período fechada, reabriu em 1933, seguindo os ideais escolanovistas e pretendendo se tornar uma biblioteca exemplar que tinha como principal função a autonomia e a participação ativa infantil, bem como incentivar o contato dos alunos com o livro e a leitura. A encarregada pelo espaço era Iracema Marques da Silveira, que atuava como professora-bibliotecária e responsável por projetos voltados à apropriação da biblioteca pelos alunos, denominados alunos-bibliotecários, tomados como agentes protagonistas que auxiliavam no desempenho de tarefas (VIDAL, 2014). Tal iniciativa demonstrou a importância da biblioteca escolar para uma parcela da sociedade, que buscava redefinir a função da biblioteca frente aos alunos como um espaço acolhedor e essencial para seu desenvolvimento social e intelectual.

Esse importante passo para a história das bibliotecas escolares no Brasil faz entender que a partir disso haveria maior valorização desse espaço e, acima de tudo, maior investimento para o desenvolvimento de bibliotecas dentro das escolas. No entanto, tais iniciativas não conseguiram se sustentar face às questões políticas e sociais do país⁶, e, assim como já ocorrido em séculos passados, a biblioteca escolar voltou a ser deixada de escanteio, como um espaço irrelevante dentro da educação e da sociedade como um todo. Mantém-se a percepção trazida por Milanesi (1983, p. 39) de que “A escola brasileira, com algumas variações, funcionou e ainda funciona dentro de um esquema que leva o aluno à reprodução de discursos.”, já que deixa de considerar espaços importantes como a biblioteca na construção de conhecimento em muitos momentos da história do país.

⁶ Entre 1964 e 1985 o Brasil enfrentou a ditadura militar, em um cenário político no qual, segundo Viana (2014, p. 34), fez “[...] retardar possibilidades do florescimento de bibliotecas escolares encaradas como espaços de apropriação da informação e desenvolvimento de uma postura crítica do estudante frente ao universo informacional, haja vista que a construção destes organismos somente encontra abrigo em contextos educacionais abertos às diferenças, marcados pelo diálogo e negociações, e não em cenários que busquem conformar mentalidades.”

Com o passar dos anos, já nas décadas de 1990, novos projetos surgiram para estabelecer melhorias na educação e progressos para a biblioteca escolar, como o Programa Nacional do Livro Didático (1985), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e o Programa Nacional Biblioteca na Escola (1997), que compunham uma série de iniciativas para estabelecer progresso educacional no país (SILVA, 2011; VIANA, 2014).

No entanto, no que tange às iniciativas que envolvem diretamente a biblioteca escolar, como o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), ocorre um grande déficit com relação a real aplicabilidade da biblioteca dentro das escolas, pois verifica-se um retrocesso na concepção desses ambientes. O Programa Nacional Biblioteca da Escola, conforme sua designação, sugere ter como principal foco a biblioteca escolar em si, no entanto, como afirma Viana (2014, p. 38):

O programa oficial confunde a distribuição de livros com o desenvolvimento de bibliotecas, o que se evidencia no nome conferido à política pública 'Programa Nacional Biblioteca na Escola', ou seja, a questão do acesso ao livro é igualada à questão da biblioteca escolar.

Segundo a descrição do PNBE, o objetivo é incentivar a leitura através da distribuição de livros para as escolas brasileiras (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [201-?]); a suposta referência à biblioteca escolar dada ao nome do programa nada mais fez do que considerar a biblioteca somente como espaço de distribuição de livros para os alunos, eximindo-a do real objetivo e característica de uma biblioteca dentro da escola. Ao mesmo tempo, ao dizer da existência de um Programa com tal denominação, isenta a escola e exclui a necessidade de um espaço reservado para a biblioteca escolar. Dessa forma, apesar da atribuição de biblioteca escolar ao programa, os parâmetros que considerem a biblioteca escolar como um espaço além da distribuição de livros para os alunos, implicariam a inclusão de ações que a configurassem como ambiente de aprendizagem, que contribuísse na formação de leitores e nos processos de construção de conhecimento, questão que implicaria a definição de um ambiente especialmente concebido e configurado para ela, políticas de desenvolvimento de acervo, práticas mediadoras, tanto em sua dimensão pedagógica, quanto informacional, pautadas por princípios e metodologias de apropriação da informação e de diálogo com o conhecimento e a cultura.

Identifica-se que a biblioteca escolar, apesar de estar desde os primórdios presente, mesmo que timidamente, na sociedade brasileira, sofre muito, não somente com a falta de investimentos, mas, sobretudo, de conhecimentos sobre a natureza e às finalidades socioculturais dessa instituição, sob perspectivas teóricas e práticas, principalmente pelo poder público, para que possa mostrar seu real potencial dentro da educação. “Desde os colégios jesuítas - nossa primeira experiência de educação formal - até os dias atuais, muito pouco se fez em relação à biblioteca escolar. Podemos afirmar que, no Brasil, a rigor, quase tudo está por fazer nesse campo.” (SILVA, 1999, p.46), em escala adequada às demandas nacionais.

Já em 1943 Rubens Borba de Moraes afirmava que o problema das bibliotecas brasileiras é o “fato de não existir, ainda, no brasileiro, uma ‘mentalidade bibliotecária’.” (MORAES, 1943, p.26). É possível afirmar que, quase oitenta anos depois, essa mentalidade bibliotecária ainda não foi alcançada no país, e, portanto, conservam-se os problemas das bibliotecas brasileiras, aspecto que não afeta somente as bibliotecas escolares.

2.2 Panorama atual da biblioteca escolar no Brasil

O histórico da biblioteca escolar no Brasil possibilita perceber a trajetória percorrida por essa instituição na sociedade e a falta de continuidade nas políticas de incentivo à biblioteca escolar. Fica clara a desvalorização por parte da sociedade e do poder público, que desconhece a importância desse espaço para a aprendizagem dos alunos dentro das escolas. O modelo de ensino transmissivista, herdado da educação jesuítica, deixou muitos traços, nem sempre fáceis de superar. No entanto, nos últimos anos houve ações que impulsionam a visibilidade da biblioteca escolar como um ambiente necessário dentro das escolas brasileiras.

A discussão acerca da biblioteca escolar nos dias de hoje se volta quase que totalmente à perspectiva da Lei nº 12.244/2010. De suma importância, como contribuição bibliotecária à Educação do país, essa lei, sancionada em 24 de maio de 2010, trata da universalização das bibliotecas escolares no Brasil. Composta por 4 artigos, a lei determina que todas as instituições de ensino, públicas e privadas, devem contar com uma biblioteca no prazo de 10 anos, ou seja, um prazo inicial até 2020, em tese já exaurido. Segundo Modesto, em entrevista a Viana (2014), a aprovação da lei veio como uma conquista da classe bibliotecária que se articulava

desde a década de 1990 com o meio político para o reconhecimento da biblioteca escolar. Após a aprovação da lei houve tentativas para alterar seu conteúdo por meio do Projeto de Lei nº 9.484/2018⁷ e do Projeto de Lei nº 4003/2020⁸. O primeiro propõe a criação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (FARIAS; BRITTO, 2019) e o segundo busca ampliar o prazo para que seja finalizado em 2024; ambos também indicam a modificação da definição de biblioteca escolar trazida inicialmente pela lei.

Apesar de ser uma conquista, a lei levanta diversas discussões e questionamentos sobre a sua estrutura. Um dos pontos foi a definição atribuída à biblioteca escolar. Conforme descrito no art. 2º, a biblioteca escolar foi tomada como “coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.” (BRASIL, 2010), sendo indicado a criação de um acervo com no mínimo um título para cada aluno matriculado. Parece-nos preocupante tal definição, por reduzir o conceito da biblioteca escolar à noção de acervo, minimizando aspectos inerentes a sua complexidade como dispositivo educativo da escola. A visão histórica da biblioteca como mero repositório de livros ou de recursos informacionais precisa ser superada, inclusive e sobretudo nos termos expressos na lei. Sobre isso, Farias e Britto (2019, p. 832-833, grifo do autor) alegam que:

O primeiro ponto a ser problematizado é a concepção de biblioteca escolar presente na Lei e validada pela Resolução, que reduz a biblioteca escolar ao acervo e à presença obrigatória do profissional bibliotecário. Como já especifica o nome, a biblioteca escolar faz parte da escola e, nessa condição, deve estar integrada à sua dinâmica, participando dos processos pedagógicos, de sua proposição, execução e avaliação. A Lei em questão parece desconhecer essa condição de origem, uma vez que seu texto não valoriza ou garante qualquer laço com a escola como um todo e com o projeto de educação. E isso fica evidente quando se constata, no corpo da Lei, ausência de termos como *projeto pedagógico*, *currículo*, *pesquisa*, *formação*, *serviços*, *atividades*, dentre outros que sinalizassem a preocupação com o trabalho educativo da biblioteca.

⁷ Para maiores informações sobre o Projeto de Lei nº 9.484/18: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>.

⁸ Para maiores informações sobre o Projeto de Lei nº 4003/20: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2259035>

Tal definição diminui o papel da biblioteca escolar e mantém a visão precária enraizada na sociedade brasileira da biblioteca como categoria acessória residual, uma vez que não aborda as possibilidades educacionais e culturais que seriam intrínsecas à biblioteca escolar. Ainda sobre isso, Silva (2011, p. 506) aponta que a lei de universalização das bibliotecas escolares

[...] poderia ser mais detalhada no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas características técnicas, organizacionais, educativas, além de suas intencionalidade política, social e pedagógica, pois os aspectos de acervo e de organização desse tipo de biblioteca apresentam uma singularidade, ainda, pouco assimilada pela ampla maioria dos educadores e de instituições de ensino brasileiro.

Outro ponto relevante é que a lei, por ser muito sintética, além de desconsiderar a complexidade da biblioteca escolar e de suas relações, desconsidera a diversidade sociocultural brasileira e os problemas decorrentes da aplicação da lei por cada município, uma vez que estes, muitas vezes, diferentemente dos grandes centros urbanos, possuem uma menor renda para investir em políticas públicas, o que reverbera no cumprimento da lei pelas localidades (SOUZA, 2017). Silva (2011) argumenta que seria necessária uma maior articulação entre os órgãos educacionais, estaduais e municipais, para que facilitasse o cumprimento da lei.

Isso acaba confrontando outra problemática que é a falta de critérios para o seu cumprimento no prazo estipulado, “a maior deficiência está em não garantir critérios para que seu intento seja efetivamente concretizado no prazo estipulado. Com efeito, uma alternativa seria definir responsabilidades compulsórias no caso do seu descumprimento. Esta não-indicação de responsabilidade no texto da lei causa esse receio.” (SILVA, 2011, p. 509); receio esse que se mostra evidente quando já em 2018, 8 anos após a promulgação da lei, 55% das escolas brasileiras ainda não possuíam bibliotecas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

Ponto interessante de se levar em consideração quando se fala sobre a Lei de Universalização das Biblioteca Escolares é a falta de articulação entre biblioteca e educação. De modo geral, a lei é uma conquista da classe bibliotecária que vinha lutando há anos pela valorização da biblioteca escolar, mas, uma vez que tal empreitada deixa de se articular com a área educacional, isso se torna uma

problema, pois a luta se mantém apenas de um lado do campo, levando ao isolamento da classe bibliotecária. Corroborando para isso:

O percurso da Lei nº 12.244/10 mostrou que não houve mobilização da sociedade ou de representantes da educação clamando por bibliotecas escolares, mas, sim, o esforço da corporação bibliotecária em torno da questão. A inexistência de outras categorias nesta empreitada evidenciou a ausência de relações entre a *escola* e a *biblioteca*, que precisa ser fruto de um esforço conjunto, indispensável no contexto da educação brasileira. (VIANA, 2014, p. 43, grifo do autor)

É importante que exista o mútuo reconhecimento entre os campos sobre a fundamental articulação entre biblioteca e educação para que o cumprimento da referida legislação seja identificado como essencial, assim como a biblioteca seja visualizada pelo corpo educacional como espaço importante de ensino-aprendizagem dentro das escolas. Pois, assim como afirma Castro Filho e Coppola Junior (2012, p. 39):

A Lei Nº12.244/2010 representa um dos maiores avanços, no sentido do Estado se posicionar frente ao Manifesto da IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. Porém, cabe à comunidade escolar, aos professores, aos bibliotecários, reivindicar a aplicação desta lei, de forma a impedir que seja esquecida e suprimida por outros interesses.

Nesse intuito, a divulgação da Lei para a sociedade como um todo, tendo em vista abrir a discussão para além do âmbito bibliotecário, vem sendo realizada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) em favor do cumprimento da Lei nº 12.244/2010. Em 2022 foi lançada a campanha #SouBibliotecaEscolar⁹, uma parceria entre o CFB e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRBs) que visa o diálogo entre o poder público e a sociedade civil.

A campanha foi lançada na 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo e contou com apoio de profissionais que divulgavam e explicavam a importância da lei para as pessoas que passavam pelo estande do CFB. A ação contou também com o apoio de políticos, sendo a principal a deputada federal de São Paulo Luiza

⁹Para maiores informações sobre a campanha #SouBibliotecaEscolar:

<https://cfb.org.br/noticias/campanha-soubibliotecaescola-e-tema-de-debate-em-audiencia-publica-na-assembleia-legislativa-de-sao-paulo/>

Erundina, ex-prefeita da cidade de São Paulo, que foi madrinha da campanha. Outros participantes da sociedade civil, dentre jornalistas e atores, apoiaram a campanha através de vídeos com relatos pessoais sobre a importância da biblioteca escolar publicados pelo CFB¹⁰.

Ainda nesse mesmo ano, seguida da campanha #SouBibliotecaEscolar, foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo¹¹ com a presença da comunidade bibliotecária para discutir a implantação da Lei nos Estados e Municípios, uma vez que passado o prazo estipulado, pouco foi alcançado.

Realizar uma campanha como essa, que visa comunicar para a sociedade a necessidade do cumprimento da lei dentro de um evento de grande proporção como a Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que conta com um público ligado à leitura, é uma ação importante para mostrar aos diversos segmentos essa luta que vem sendo travada pela incorporação das bibliotecas escolares, expandindo o diálogo para além da classe bibliotecária. Além disso, realizar uma audiência pública dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo demonstra uma grande mobilização dos órgãos para que a própria classe bibliotecária volte a se engajar e articular com o meio político para que a universalização das bibliotecas escolares seja efetivamente cumprida.

Em síntese, a discussão atual acerca da biblioteca escolar se enquadra não somente na necessidade de cumprimento da Lei nº 12.244/10 que, apesar de questões problemáticas discutidas, é um passo significativo para aqueles que lutam constantemente pelo reconhecimento das bibliotecas pela sociedade. Entretanto, a implantação da lei também implica espaços de qualidade que considerem de um lado dimensões educacionais e culturais da ordem contemporânea, bem como das questões históricas que marcam a sociedade brasileira. Pode-se considerar como o início de uma luta atual que precisa ser travada para que a biblioteca seja reconhecida como categoria central no desenvolvimento educacional e cultural da sociedade brasileira e *dispositivo* capaz de atuar a favor da inclusão, da diversidade e da interculturalidade fundamentais em nosso país.

¹⁰Para ter acesso aos vídeos: https://www.instagram.com/cfb_biblioteconomia/

¹¹Para maiores informações sobre a audiência pública: <https://cfb.org.br/noticias/campanha-soubibliotecaescola-e-tema-de-debate-em-audiencia-publica-na-assembleia-legislativa-de-sao-paulo/>

3 RELAÇÕES ENTRE LEITURA, FORMAÇÃO DE LEITORES E BIBLIOTECA ESCOLAR

3.1 Leitura: fonte de conhecimento

A leitura se tornou ato tão natural para os leitores que constantemente esquece-se a real importância do ato de ler. Por vezes, não há recordação de como foi o aprendizado da leitura, quem auxiliou na alfabetização ou como o gosto pela leitura foi construído. Fato é que o ato de ler tornou-se prática comum no dia a dia e ocorre de forma imperceptível muitas vezes, ao andar na rua e ler as placas de trânsito, nomes de lojas, panfletos, ao abrir o celular e ler uma mensagem, acessar às redes sociais digitais etc. A leitura se transformou em ato tão recorrente que acaba por perder seu sentido na vida das pessoas. Justamente por isso é relevante, antes mesmo de tratar sobre a formação de leitores, entender sobre a importância do ato de ler.

Segundo o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia (2008), a leitura se caracteriza como:

1. Ato ou efeito de ler. 2. “ato de decifrar signos gráficos que traduzem a linguagem oral; ato de ler” (HOUD, p. 1739). 3. “ação ou efeito de copiar, geralmente de uma forma de armazenamento para outra e, em particular, de um armazenamento externo ou secundário para a memória principal” (SUN). (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 222)

Seguindo nessa definição, o dicionário traz diversos tipos de leitura como a acelerada, complementar, dinâmica, inspeccional, objetiva, paleográfica, projetiva, rápida, recreativa, sagrada, subjetiva e técnica (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Esse ato de decifrar os signos, que muitas vezes aparenta ser sempre igual, diferencia-se a partir das intenções por trás da leitura. Se por vezes a leitura será mais acelerada ou objetiva, o contexto e a situação em que se dá o ato de ler o dirão.

A leitura por si só não é um ato isolado, mas uma prática repleta de significados, que não se encerra somente na leitura dos sinais gráficos. O educador Paulo Freire, ao trazer a importância do ato de ler, apresenta a perspectiva de que a leitura vai além da leitura da palavra, ela contempla também a leitura de mundo (FREIRE, 1989). Segundo o autor, o ato de ler “[...] não se esgota na decodificação

pura da palavra escrita ou da linguagem escrita.” (FREIRE, 1989, p. 9). A leitura, dessa forma, supera o texto escrito. Ainda segundo o autor:

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre texto e o contexto. (FREIRE, 1989, p. 9)

Ao trazer essa perspectiva, Freire expande o significado de leitura para além da *técnica* de decodificação mecânica, mostrando que o ato de ler envolve mais do que interpretar os sinais gráficos – ele se completa a partir do contexto individual de cada um.

Semelhantemente a isso, Martins (1994) descreve diversas sensações existentes desde o início da vida humana que tranquilizam, confortam, irritam ou assustam, a partir das quais “Começamos a compreender, a dar sentido ao que e a quem nos cerca. Esses também são os primeiros passos para aprender a ler.” (MARTINS, 1994, p. 11). Esse aprendizado faz parte da construção de cada indivíduo e depende de forma direta do contexto pessoal de cada um; é uma forma de ler o mundo anterior à alfabetização da palavra.

Na verdade o leitor pré-existe à descoberta do significado das palavras escritas, foi-se configurando no decorrer das experiências de vida, desde as mais elementares e individuais às oriundas do intercâmbio de seu mundo pessoal e do universo social e cultural circundante. (MARTINS, 1994, p. 17).

Essa leitura de mundo é responsável pela construção de cada indivíduo, pois é a partir desta que se dará a produção de sentidos, processo importante para que o mundo ao redor comece a fazer sentido e para que a leitura da palavra se relacione com a realidade de cada um.

É, contudo, em cada caso é o leitor que lê o sentido; é o leitor que confere a um objeto, lugar ou acontecimento uma certa legibilidade possível, ou que a reconhece neles; é o leitor que deve atribuir significado a um sistema de signos e depois decifrá-los. Todos lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler. Ler, quase como respirar, é nossa função essencial. (MANGUEL, 1997, p. 19-20)

A leitura, com base nisso, não é ato independente que se inicia somente após a alfabetização dos sujeitos, ela está presente desde o início da vida, através da leitura de mundo, sendo a responsável por construir a compreensão da realidade, pois é a partir dos conhecimentos prévios de cada indivíduo que se dará sentido a leitura da palavra. Sendo assim, “Para se ler, não se necessita tão somente de decodificar signos, mas de utilizar todos os sentidos, ou seja, toda a capacidade de interpretação e compreensão.” (DUMONT, 2002, p. 3).

Para Martins (1994), são realizados dois processos que levam ao ato de ler: a decodificação, que seria o processo de “decodificação mecânica dos signos lingüísticos”; e a compreensão, “cuja dinâmica envolve componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, tanto quanto culturais, econômicos e políticos.” (MARTINS, 1994, p. 31). Esses processos atuam em conjunto para que haja o entendimento e a apropriação do que é lido, uma vez que “Decodificar sem compreender é inútil; compreender sem decodificar, impossível.” (MARTINS, 1994, p. 32).

Dessa forma, a leitura pode ser considerada como ato construtivo que une a leitura da palavra como um processo de decodificação, em colaboração com a leitura de mundo – processo de compreensão – isto é, levando em consideração que “[...] o sujeito, ao ler determinado texto, já é uma pluralidade de outros textos.” (DUMONT, 2002, p. 5). Para além de uma pluralidade de textos, é uma pluralidade de outras leituras e vivências, e é através dessas experiências que o processo de decodificação e compreensão – a leitura – fará sentido.

Como um ato repleto de significados, a leitura é também uma forma de adquirir novos conhecimentos e de conhecer novas realidades. A leitura das palavras possui notoriedade como fonte de conhecimento já desde os tempos antigos, quando era reservada somente aqueles mais privilegiados que podiam desenvolver suas capacidades intelectuais através do ato de ler (MARTINS, 1994); o livro, a leitura, davam autoridade para aqueles que o possuíam e a praticavam (CHARTIER, 1998).

Além disso, o ato de ler teve características distintas ao longo da história: no início da história da leitura, tal ato era realizado sempre em voz alta, uma vez que a leitura silenciosa era vista como prática errada até o século X (MANGUEL, 1997). Diferentemente do que ocorre nos dias de hoje, em que há predominância da leitura

silenciosa. As mudanças nos suportes da escrita também interferiam no modo com o qual a leitura era realizada, alterando as relações entre texto e leitor.

Do rolo antigo ao códex medieval, do livro impresso ao texto eletrônico, várias rupturas maiores dividem a longa história das maneiras de ler. Elas colocam em jogo a relação entre o corpo e o livro, os possíveis usos da escrita e as categorias intelectuais que asseguram sua compreensão. (CHARTIER, 1998, p. 77).

Pensar nessas diferentes propriedades da leitura faz perceber que, historicamente, mesmo antes da grande difusão dos livros, que ocorre após a criação da imprensa (ZILBERMAN; LAJOLO, 2019), a leitura já era vista como um ato relevante para a construção dos indivíduos, vista como prática edificadora dos sujeitos mais conscientes e importantes socialmente. O ato de ler foi modificado e desenvolvido concomitante aos avanços da sociedade, porém, apesar dessas mudanças, a importância e relevância deste ato sempre foi uma característica das relações entre a sociedade e a leitura. Segundo Martins (1994, p. 22):

Saber ler e escrever, já entre gregos e romanos, significava possuir as bases de uma educação adequada para a vida, educação essa que visava não só ao desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais, como das aptidões físicas, possibilitando ao cidadão integrar-se efetivamente à sociedade, no caso à classe dos senhores, dos homens livres.

Com o passar do tempo a leitura ganha mais abertura para a sociedade e se torna ato cada vez mais importante para a construção dos sujeitos, sendo requisito importante na educação das crianças e jovens, isto porque, “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados.” (CHARTIER, 1998, p. 77), e como tal, estabelece uma relação direta entre os cidadãos e a vivência social. Ao ler, os sujeitos são capazes de compreender melhor a sociedade em que vivem, de se apropriar de novos conhecimentos, participar ativamente da vida civil, acompanhar os novos avanços. Assim, ler possibilita a construção da capacidade crítica.

Compreendida dialeticamente, a leitura também pode se apresentar na condição de um instrumento de conscientização, quando diz respeito aos modos como a sociedade, em conjunto, repartida em segmentos diferentes ou composta de indivíduos singulares, se relaciona ativamente com a produção cultural, isto é, com os objetos e atitudes em que se depositam as manifestações da linguagem,

sejam estas gestuais, visuais ou verbais (oral, escrita, mista, audiovisual). Nesse caso, a leitura coloca-se como um meio de aproximação entre os indivíduos e a produção cultural, podendo significar a possibilidade concreta de acesso ao conhecimento e agudização do poder de crítica por parte do público leitor. (ZILBERMAN; SILVA, 1988, p. 112-113)

Ao ler, os indivíduos abrem a mente a novas possibilidades, novas discussões, novas realidades que levam a pensar mais criticamente as questões sociais e culturais que o rodeiam, uma vez que “A leitura é um modo particular de aquisição de informação.” (MORAIS, 1996, p. 112).

Refletir sobre a leitura da palavra é ponderar uma infinidade de leituras que vêm anterior a essa, é pensar na realidade e no contexto social de cada leitor. A leitura deve ser ato de crescimento, de pertencimento, de conhecimento. Ao ler, o leitor tem de compreender o que vem sendo lido, se apropriar das informações e transformá-las em novos conhecimentos. Entender a leitura não como mero ato desvinculado da realidade, que acontece de forma mecânica e natural, mas ato engrandecedor, que tem o poder de desenvolver em cada pessoa novas capacidades, novos horizontes, novas ideias, novas expectativas e experiências. Ler permite a construção de cidadãos críticos, conscientes e participativos. Ler é sobreviver, conhecer, reconhecer, interpretar, aprender e sonhar.

Sendo a leitura compreendida como ato importante para a formação intelectual, social e cultural dos sujeitos, é significativo considerar essa multiplicidade de características que levam em conta não somente a alfabetização dos sujeitos, mas a criação de leitores conscientes e críticos, capazes de articular suas leituras e suas vivências. Por essa razão, deve-se pensar na leitura como processo social importante no momento da formação dos leitores.

3.2 Apontamentos acerca da formação de leitores

Para compreender a leitura como um ato importante para a vida em sociedade, é necessário pensar sobre a formação de leitores e o sentido do que se lê. A partir da literatura linguística sabe-se que, quando lemos e/ou falamos, nos comunicamos, passamos por um processo de interpretação dos signos. O signo, segundo Fiorin (2007, p. 68) “é toda produção humana dotada de sentido.”. O linguista Ferdinand de Saussure, ao tratar sobre os signos, afirma que este possui

duas características que se complementam e o constituem, o significante e o significado (CITELLI, 2005). Para ele:

O significante é o aspecto concreto do signo, é a sua realidade material, a imagem acústica. O que constitui o significante é o conjunto sonoro, fônico, que torna o signo audível ou legível. O significado é o aspecto imaterial, conceitual, que nos remete a determinada representação mental evocada pelo significante. (CITELLI, 2005, p. 24)

Em outras palavras, o significante caracteriza a palavra e o significado a imagem mental que a palavra remete. Ao unir significante e significado, realiza-se o processo de significação, que é “uma espécie de produto final da relação existente entre o significado e o significante.” (CITELLI, 2005, p. 25). Isso se caracteriza como o primeiro passo para compreender o processo de interpretação dos signos, que se constituem da relação entre a palavra e a imagem mental. No entanto, conforme Citelli (2005), vale ressaltar que o signo é sempre arbitrário e representativo, isto é, a relação que ocorre entre significante e significado por parte dos sujeitos constitui-se de uma convencionalidade, que acaba por gerar sentido à significação.

Ao trazer a perspectiva de que a relação entre significante e significado faz parte de uma convenção, retoma-se a questão de que o ato de ler está repleto do social. Indo além das teorias de Saussure acerca da linguagem, Bakhtin desenvolve novos pensamentos que ampliam ainda mais a relação dos sujeitos com os signos. Para ele, a relação que se estabelece entre o sujeito e a linguagem se dá por meio da interação social (BARTHO, 2019). O autor afirma que os signos são repletos de ideologias; segundo Bakhtin (2006, p. 34):

Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente [sic], somente no processo de interação social.

O autor pontua que a construção do signo está intimamente relacionada à interação social, portanto, atribui ao signo uma relação direta com as ideologias sociais. O signo se constrói de acordo com os contextos em que está concedido, sendo assim, o signo é sempre repleto de qualificações (BARTHO, 2019), que lhe

são atribuídas pelos relacionamentos sociais. Ao tratar sobre os estudos de Bakhtin, Bartho (2019, p. 40) afirma que:

Para o autor, língua é fenômeno da interação social, ou seja, é pela interação social, pelas enunciações concretas, que a língua se torna realidade. Sendo assim, a língua não pode ser explicada a não ser em relação aos elementos extralinguísticos, contextuais, que são tanto imediatos, como amplos e históricos. Sem o vínculo com a situação concreta, a comunicação não pode ser explicada.

Ao trazer tais questões, Bakhtin demonstra a importância do contexto para a construção do signo e da língua, uma vez que ambos estão diretamente relacionados ao social. Para ele, é o contexto que atribui sentido à língua, sendo está repleta de signos ideológicos.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 2006, p. 36).

Uma vez que a língua se constrói através do social, a palavra, por sua vez, constitui-se de ideologias absorvidas por esse social, “[...] *a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for.*” (BAKHTIN, 2006, p. 38, grifo do autor). Dessa forma, toda a construção da palavra se dá pela ação social conjunta, elaborada por meio das ideologias desenvolvidas nos relacionamentos sociais.

Os signos só existem e fazem sentido para os sujeitos por fazerem parte de uma convenção social, isto pois, “[...] a realidade só tem existência para os homens quando é nomeada. Os signos são, assim, uma forma de apreender a realidade. Só percebemos no mundo o que nossa língua nomeia.” (FIORIN, 2012, p. 55). Os sujeitos nomeiam suas realidades para que possam se comunicar uns com os outros através dos signos e dar sentido às suas ideias.

Ao trazer os aspectos sociais da língua, Bakhtin atribui a ela o caráter de ser dialógica. Para o filósofo, todo processo que envolve o uso da língua é um processo dialógico, uma vez que remete a mais de uma ideia. Em sua análise sobre as teorias do filósofo, Fiorin (2006) explica a aplicabilidade do dialogismo:

Segundo Bakhtin, a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. Ao contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados. (FIORIN, 2006, p. 18-19)

Se, por sua vez, a língua se constitui por meio das relações sociais, isso se consolida no processo dialógico que há em seu uso. Sobre isso, Neves e Rosa (2019, p. 213) afirmam que:

A linguagem, em toda a sua manifestação, é resultante do processo dialógico, visto que o sujeito se dá por meio da relação com o outro, com as suas leituras e seus dizeres. E esse “outro” pode ser tudo com quem for possível dialogar, por exemplo: uma pessoa, um livro, um filme, etc. Sendo assim, a participação de um diálogo pressupõe a produção e a compreensão de enunciados concretos em variadas situações comunicativas.

Com base nisso, é possível afirmar que o ato de ler se caracteriza como um ato dialógico, construído da relação dada entre leitor, texto e autor (BARTHO, 2019). Como dialogismo, a leitura se completa a partir das relações de sentidos atribuídas durante o ato e isso envolve tanto as ideias dispostas pelo autor durante a escrita, quanto às ideias pré-estabelecidas do leitor. Isso remete às ideias de Freire (1989) já citadas anteriormente, onde há uma relação entre a leitura de mundo e a leitura da palavra, pois são os meios e as relações que constroem a significação para cada indivíduo.

No entanto, para que a leitura dialógica se faça presente na vida dos sujeitos é necessário formar leitores críticos, capazes de se relacionar com o ato de ler. A formação dos leitores deve considerar os diversos aspectos que circundam individualmente cada ser, ou seja, considerar que cada leitor possui seus próprios contextos e relações com o mundo e ensiná-los a utilizar tais conhecimentos prévios durante a leitura, atribuindo novos significados às suas leituras de mundo.

Propor a leitura crítica é, nesse sentido, um convite à indagação e à autoanálise contínua. Na medida em que amplia seus referências de mundo, seu repertório cultural, seus esquemas de interpretação, o leitor passa a ter possibilidade de ler criticamente; em termos freireanos, diríamos que ele se reconhece como interlocutor no processo dialógico implicado pela leitura, toma a palavra do outro e apresenta sua contrapalavra, criando sentidos inusitados. (BRITTO, 2015, p. 44-45)

O ato de ler criticamente considera todos os contextos da relação entre texto e leitor, num processo de constante interpretação e aquisição de novos conhecimentos. Isso significa que o leitor poderá aceitar, discordar, questionar, duvidar e contrapor tudo que está lendo, já que estará apto para realizar uma leitura crítica (FIORIN, 2006). Assim, o ato de ler é individual, mas dependente e relacionado à realidade social do indivíduo, pois, é a partir de seus conceitos, que o leitor construirá sua relação com o que foi lido.

Nesse sentido, ler criticamente leva a participação desse jogo dialógico de forma ativa. Para ocorrer dialogia, o material linguístico precisa ser observado na esfera do discurso, ou seja, ser tomado enquanto enunciado concreto, no qual se assume a posição de um sujeito social, capaz de fazer réplicas ao dito/lido, confrontar posições, concordar com a palavra do outro, discordar dela, confirmá-la, ampliá-la. (BARTHO, 2019, p. 41)

Todavia, apesar da importância da criticidade na formação dos novos leitores, o que acontece muitas vezes é um distanciamento dessa formação crítica em detrimento de uma formação que considera somente a decifração dos códigos linguísticos, ignorando a atribuição de sentidos (NEVES; ROSA, 2019). A formação de leitores dentro das escolas, por vezes, leva em conta uma leitura centrada no aspecto gramatical e material, desconsiderando as possíveis relações a serem construídas por meio da leitura, e o leitor, por sua vez, aprende a considerar aspectos como a fonética, a gramática, a sintaxe e a decodificação do texto como a prática de leitura mais correta, levando-os apenas a parafrasear os textos, ao invés de interpretá-los e decifrá-los (FREITAS, 1994; BARTHO, 2019). Isso acaba por afastar os leitores de uma leitura que considera o contexto social, já que “o conhecimento da nomenclatura gramatical, por si só, não seria suficiente para a compreensão plena dos enunciados.” (BARTHO, 2019, p. 41), pois, sem a compreensão plena dos enunciados, os leitores apenas replicam o que estão lendo, sem a devida percepção e apropriação das informações contidas no texto.

A escola é, por excelência, o lugar onde os indivíduos ampliarão seus conhecimentos já adquiridos, conhecendo novos conceitos, novos significados, novas experiências, “[...] é lugar próprio de aprender, e de aprender coisas que não se aprendem no trato da vida cotidiana. Coisas como ler e escrever, fazer contas, fazer ciência, saber história, arte, geografia, filosofia...” (BRITTO, 2015, p. 34). É na escola que se dará os aprendizados mais técnicos e práticos para se viver em sociedade, uma vez que o aprendizado escolar se constrói por meio do processo interacional. Justamente por isso, é nela que se dará a formação dos leitores e é necessário que todo o corpo escolar compreenda a necessidade de expandir os horizontes dos novos leitores e não os levar a realizar somente leituras mecanizadas.

Ao tratar sobre essa interação proposta no ambiente escolar, Vygotsky, importante nome da pedagogia, constrói o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZTP), que, segundo Bartho (2019), depende da mediação e da interação social para a produção de novos conhecimentos dos indivíduos.

Sobre a função mediadora do adulto e de qualquer “outro” com o qual o sujeito interage, Vygotsky (2004) apresenta o conceito de *zona de desenvolvimento proximal* (ZTP), que seria a distância entre o desenvolvimento real – aquilo que já se configura como aprendido e pode ser realizado sem o auxílio de outra pessoa – e o desenvolvimento potencial – conhecimento a ser alcançado. A ZDP nos remete à necessidade de um mediador mais experiente e do ambiente sociocultural que possam fornecer à criança perspectivas, meios, caminhos para que ela amplie seu conhecimento. (BARTHO, 2019, p. 49)

Ao juntarmos as ideias de Vygotsky com as já citadas anteriormente, e integrando-a à formação de leitores, é possível pensar no desenvolvimento real como os conhecimentos prévios dos indivíduos, suas leituras de mundo, e o desenvolvimento potencial como aqueles conhecimentos novos que virão por meio das interações sociais e das leituras críticas a serem realizadas pelos sujeitos. Tudo isso se dá e se constrói por meio das mediações dentro do ambiente escolar, que habilitará o sujeito a relacionar suas ideias com as novas que surgirem em seu meio social. Dessa forma, por meio das relações sociais, inclusive aquelas proporcionadas dentro dos ambientes escolares, os sujeitos serão capazes de expandir seus aprendizados, usando seus contextos pessoais como forma de aprendizado em interação com a realidade do outro. Se a escola levar os novos

leitores a compreenderem essa relação direta que há entre a leitura e o social, será possível desenvolver leitores críticos e participativos, que saibam dialogar com as informações ao seu redor.

Vale ressaltar que não cabe a essa discussão abordar exaustivamente as teorias da linguagem ou os métodos de alfabetização dos sujeitos utilizados em sala de aula, mas sim criar uma base para se compreender a importância da leitura para a construção dos sujeitos, e com isso, a importância da formação de leitores que saibam lidar com a informação. Saber ler é importante para que os sujeitos compreendam o mundo.

Castrillón (2015, p. 15) afirma que “[...] ler e escrever é um direito dos cidadãos, direito que devemos fazer cumprir e que, por sua vez, implica um dever e um compromisso de muitos.”, compromisso para desenvolver bons leitores, leitores conscientes e críticos, que saibam exercer esse seu direito. É dentro das escolas, que se deve iniciar e consolidar esse direito à leitura. No entanto, não são somente os professores dentro das salas de aula que possuem a capacidade de formar leitores, o conjunto educacional por inteiro auxilia na formação, e isso inclui um espaço importante para a consolidação dessa formação dos leitores: a biblioteca escolar.

3.3 Biblioteca escolar e formação de leitores: diálogos

As escolas são instituições que se caracterizam como espaços educacionais, que levarão crianças e jovens a novos conhecimentos, desenvolvendo a capacidade intelectual de seus alunos ao longo dos anos escolares. Esse contato com a vida escolar tem início já na primeira infância, com a pré-escola, passando para o ensino fundamental e, por fim, para o ensino médio. Em todo esse período escolar, espera-se que os alunos adquiram os conhecimentos necessários para se desenvolverem ao longo da vida, tornando-se cidadãos ativos na vida em sociedade.

Em que pese a importância da educação familiar, básica e imprescindível sob todos os aspectos, é no entanto, sob a égide da Escola que o indivíduo recebe em forma e conteúdo o conjunto de dados, de informações, de preceitos, de conhecimentos, enfim, os quais, ao serem estruturados, segundo os objetivos instrucionais e as finalidades da Educação, permitirão ao educando tornar-se apto a exercer a cidadania e a realizar-se como ser humano. (NEVES, 2011, p. 29)

Essa relação com o conhecimento que é construída dentro das escolas depende dos conhecimentos prévios de cada indivíduo e da relação criada por eles já no início da vida escolar. É principalmente nesse primeiro contato com a escola que os alunos desenvolvem capacidades que serão imprescindíveis para o caminhar da sua vida escolar, como a alfabetização que levará à leitura. Por meio da alfabetização e da leitura os alunos expandem seus horizontes e se tornam conscientes das informações que vão sendo repassadas ao longo dos anos escolares, isso porque, é justamente por meio da leitura e da escrita que eles apreendem as informações e os conhecimentos que são ensinados. Conforme afirma Chagas (2011, p. 46):

A leitura tem, na escola, um papel de grande importância, considerando que é através dela que a criança é introduzida no mundo das letras e das palavras escritas. O processo de alfabetização provoca nas pessoas modificações de raciocínio e compreensão que são imutáveis: uma vez adquiridas, nunca mais se perderão.

Quando a leitura começa a fazer parte da vida dos novos leitores, o mundo ao seu redor se abre, aquelas letras que estão em todo lugar começam a fazer sentido e tudo passa a ser compreendido. Justamente por ser tão importante para o desenvolvimento educacional dos alunos é que a leitura se torna um conhecimento imprescindível logo nos primeiros anos escolares, e, diferente de outros ensinamentos ao longo desse processo, a leitura é um ato que, ao ser adquirido, não será jamais esquecido.

Apesar de o ato de ler depender dos ensinamentos dos professores dentro das salas de aula, não cabe somente a eles a construção dos leitores. Formar leitores vai além de simplesmente conseguir juntar as letras e formar palavras, ao ler os sujeitos precisam compreender o que vem sendo lido, interpretar, ver sentido e se apropriar do que estão lendo. Isso requer a construção de um leitor que seja crítico, que saiba se utilizar das informações disponíveis, que tenha a capacidade de buscar, compreender e usar as informações a seu favor. Os leitores formados dentro das escolas precisam ser ensinados a ler verdadeiramente e não somente a decodificar as palavras que estão à sua frente. Como já dito anteriormente, a interpretação dos enunciados por parte dos leitores depende de todo o contexto

social e interacional com o qual eles mantêm contato (BARTHO, 2019), a leitura da palavra se expande como um ato além das palavras em si.

A escola é o local onde se dá essa formação de leitores e os professores são aptos a alfabetizar os alunos, tornando-os leitores. No entanto, não é apenas dentro da sala de aula que se constrói leitores. A biblioteca escolar, fazendo seu papel atuante dentro das escolas, também possui a capacidade de formar leitores, uma vez que “[...] a biblioteca escolar tem sua missão – seu destino – estritamente ligado à da escola, de cujos objetivos é reflexo e para cuja consecução faz tudo que está ao seu alcance.” (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p.8). Isso porque as bibliotecas escolares são espaços propícios para a disseminação da informação e possuem as ferramentas necessárias para criar laços entre as informações e os leitores, podendo, assim, contribuir para a formação dos leitores ao trabalhar concomitantemente com a sala de aula.

A biblioteca escolar como espaço formador de leitores não é uma perspectiva que se encerra somente no discurso biblioteconômico. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal Brasileiro com o intuito de orientar os professores do Ensino Fundamental na elaboração do currículo escolar dos alunos. Os documentos foram elaborados em 1997 e são divididos por disciplinas, sendo 14 documentos¹² para as diferentes disciplinas com orientações específicas para cada área do conhecimento. O volume 02, que trata sobre as diretrizes para a disciplina de Língua Portuguesa, aborda questões relevantes para a discussão aqui pretendida.

Segundo os PCN, para se construir leitores:

É preciso superar algumas concepções sobre o aprendizado inicial da leitura. A principal delas é a de que ler é simplesmente decodificar, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência [sic] natural dessa ação. Por conta desta concepção equivocada a escola vem produzindo grande quantidade de “leitores” capazes de decodificar qualquer texto, mas com enormes dificuldades de compreender o que tentam ler. (BRASIL, 1997, p. 42)

Ao trazer tal perspectiva, os PCN deixam claro a necessidade de considerar a leitura como um ato além da decodificação, demonstrando a necessidade de ir além

¹² Para consultar todos os documentos, acesse: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12640-parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>

dos conhecimentos técnicos da prática leitora que muitas vezes são usados durante a alfabetização. Além disso, reafirma a necessidade de desenvolver a capacidade crítica dos leitores logo no início de sua formação ao descrever que: “É preciso que antecipem, que façam inferências a partir do contexto ou do conhecimento prévio que possuem, que verifiquem suas suposições – tanto em relação à escrita, propriamente, quanto ao significado.” (BRASIL, 1997, p. 42). Isso requer uma formação de leitores que considere os seus conhecimentos prévios do mundo (FREIRE, 1989), bem como as relações que são construídas por meio das interações entre os sujeitos (BAKHTIN, 2006) para que assim, construam significados por meio do ato de ler.

Essa alfabetização para ler é algo que ocorre na escola naturalmente, pois somente após o aprendizado da leitura os conhecimentos serão adquiridos. No entanto, para formar leitores é importante ir além. O ato de ler não deve começar e terminar na atividade escolar, mas, sim, tornar-se algo imprescindível para a vivência social e isso demanda ir além dos aprendizados de sala de aula, requer criar vínculos entre os leitores e a leitura. É justamente a partir dessa perspectiva que a biblioteca escolar aparece como formadora de leitores, e não apenas de decodificadores. Ela é capaz de selecionar, organizar e disponibilizar as informações e, além disso, de levar os estudantes ao conhecimento, pois “[...] a informação é um índice que poderá tornar-se conhecimento se nós nos apropriarmos dela.” (PIERUCCINI, 2008, p. 48). Assim, compete à biblioteca, enquanto ambiente informacional, contribuir com a formação de leitores críticos que desenvolvam novos conhecimentos ao se apropriarem das informações.

Ao trazer condições para a formação de leitores, os PCN referem-se à biblioteca escolar como uma dessas condições, ao indicar que é necessário “dispor de uma boa biblioteca na escola” (BRASIL, 1997, p. 43) e, ao longo de todo o documento, a biblioteca é trazida como um espaço de acesso necessário para a formação dos leitores. Isso demonstra que a biblioteca escolar, dentro dos parâmetros que regem a educação nacional, aparece, mesmo que timidamente, como um aparato capaz de contribuir na formação de leitores. Sobre isso, Santana Filho afirma que:

Quando os PCNs propõem a criação da biblioteca escolar para servir de instrumento indispensável ao trabalho pedagógico na área de

Língua Portuguesa (desenvolvimento da leitura e escrita), estão oficialmente colocando-a em uma posição privilegiada no contexto educacional. Ela deixará dessa forma de ser um local de castigo para o aluno infrator ou depósito de livros para tornar-se um ambiente interativo [...]. (SANTANA FILHO, 2005, p. 2)

O papel formador da biblioteca escolar aparece também em documentos da própria área biblioteconômica. O Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar (1999) aponta que um dos objetivos da biblioteca escolar é “desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida.” (IFLA, 1999, p. 2). Além disso, descreve a importância do trabalho em conjunto entre sala de aula e biblioteca para o desenvolvimento dos alunos, ao apontar que

Está comprovado que bibliotecários e professores, ao trabalharem em conjunto, influenciam o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de literacia na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação. (IFLA, 1999, p. 2).

Dessa forma, relaciona o trabalho de ambos os espaços com o objetivo de levar os sujeitos não apenas a aprender a ler, mas a saber lidar de forma direta com a informação em seus diferentes suportes.

As Diretrizes da IFLA para Biblioteca Escolar (2016) complementam tais indicações ao afirmar que “A biblioteca funciona como um centro de ensino e aprendizagem que fornece um programa educativo integrado nos conteúdos curriculares [...]” (IFLA, 2016, p. 21) e que esta deve ser “gerida dentro de uma política que a reconheça claramente como um centro de leitura, pesquisa e produção colaborativa.” (IFLA, 2016, p. 21). Sendo assim, a biblioteca escolar se posiciona como espaço relevante na formação de leitores, capaz de trabalhar em conjunto com a sala de aula para que os leitores desenvolvam não somente a capacidade de ler, mas a habilidade de se apropriar das informações através do ato de ler, tornando-se assim, leitores críticos.

Neste sentido, a dinâmica de seus serviços está ou deverá estar orientada para intermediar, ou seja, colocar-se no meio ou centralizar o processo de identificação e disseminação da informação. Em outras palavras, a Biblioteca Escolar impõe-se no ambiente escolar como um ponto de informações onde a Leitura é a atividade primordial que permite o fluxo de idéias que vão originar atos de

produção de novas idéias e de recepção de tudo o que nela está disponível. (NEVES, 2011, p. 34)

No entanto, para que as bibliotecas escolares consigam atuar diretamente na formação dos leitores, a partir das diretrizes do PCN e da IFLA, elas precisam ser vistas além de um “espaço físico depositário de materiais para que os professores e coordenadores utilizem-no, quando desejarem.” (CHAGAS, 2011, p. 51). A visão que muitas vezes se tem dessa biblioteca é a de um espaço secundário, deixando de lado a atuação direta da biblioteca escolar na formação de leitores. Com esse pensamento, o espaço da biblioteca acaba sendo pouco desenvolvido e atraindo pouca atenção dos estudantes. Isso faz com que ao invés de conquistar, a biblioteca escolar afaste os alunos, distanciando-se do seu papel formador.

Assim, é importante visualizar a biblioteca escolar como um *dispositivo* (PIERUCCINI, 2004) que, como um todo, precisa se comunicar e atrair os alunos, tornando-se assim, produtora de sentidos. A biblioteca escolar, para agir como um *dispositivo*, necessita articular seus elementos para que possa atuar diretamente na formação de leitores, cumprindo, portanto, o seu papel de “ser aberta, ser interativa, e constituir-se num espaço livre para a expressão genuína da criança, adolescente e do jovem.” (CÔRTE; BANDEIRA, 2006, p. 3). Somente sendo um espaço aberto que dialoga com os alunos é que a biblioteca conseguirá manter uma relação direta na formação de leitores.

O espaço físico da biblioteca, as atividades desenvolvidas por ela, a constituição do acervo, entre outras coisas, devem ser construídas a fim de atrair os novos leitores, que precisam ver sentido naquele ambiente e compreender como fazer um bom uso dele. Isso requer da biblioteca escolar uma atenção principalmente ao contexto em que está inserida e as diferentes personalidades e gostos que podem surgir dentro do ambiente escolar.

Muitas vezes o que faz a criança não gostar de ler é não ter ambiente propício que tenha a finalidade de promover algo inovador como os sentimentos de criatividade do aluno, pois a leitura ao produzir sentidos emerge a memória de leituras prévias e dialoga com outras leituras.” (DIAS; ROMÃO, 2011, p. 160).

Para conseguir atender a diversidade de crianças e jovens que estão se formando leitores, a biblioteca escolar tem de levar em consideração, além de um espaço bem arranjado e de uma boa comunicação entre si e seus usuários, as

diferentes realidades e necessidades que podem surgir, como uma forma de melhor compreender e atender os leitores em formação. Isso requer uma atenção às diferentes leituras e aos diferentes leitores que podem vir a utilizar a biblioteca, com diferentes demandas informacionais.

As três primeiras Leis da Biblioteconomia (RANGANATHAN, 2009) dispõem que: I) os livros são para uso; II) para cada leitor o seu livro; III) para cada livro o seu leitor. Considerando essas leis, fica evidente que, além da necessidade de circulação das informações constantes no acervo da biblioteca por entre os alunos, esse ambiente tem como princípio sempre ter à disposição um livro para cada leitor, e para atender a essa demanda a biblioteca escolar não pode se privar de ter um acervo diverso, que contemple as diferentes temáticas e atenda às diferentes necessidades.

Ao tratar sobre a diversidade de leitores e leituras, Lourenço Filho (1945) afirma que existem três motivações de leitura que podem existir: a leitura para se informar, considerando informações mais gerais necessárias ao dia a dia; a leitura para formação de hábitos mentais, que é uma leitura mais intelectual; e a leitura por distração, voltada para o lazer. Ao trazer tal perspectiva o autor demonstra que existe uma multiplicidade de leituras e que elas possuem objetivos específicos para cada leitor em determinados contextos. Expandindo essa ideia, Martins (1994) compreende que existem três níveis básicos de leitura: a sensorial, que se caracteriza como uma leitura inicial, que está presente desde o começo da vida, “A leitura sensorial vai, portanto, dando a conhecer o leitor o que ele gosta ou não, mesmo inconscientemente, sem a necessidade de racionalizações, justificativas, apenas porque impressiona a vista, o ouvido, o tato, o olfato ou o paladar.” (MARTINS, 1994, p. 42); a leitura emocional, que amplia o leque, sendo aquela leitura que mexe com o emocional do leitor, que conforta, que funciona como uma válvula de escape da realidade; e a leitura racional, que é aquela voltada para o desenvolvimento intelectual (MARTINS, 1994). No entanto, apesar de haver essa distinção entre os níveis de leitura, a autora afirma existir relações entre os três níveis:

Como a leitura é dinâmica e circunstanciada, esses três níveis são interrelacionados, senão simultâneos, mesmo sendo um ou outro privilegiado, segundo as experiências, expectativas, necessidades e

interesses do leitor e das condições do contexto geral em que se insere. (MARTINS, 1994, p. 37).

Dessa forma, um leitor pode usufruir de uma leitura racional, considerando-a emocional, da mesma forma que a leitura sensorial pode ser também emocional.

Isso demonstra que existe uma diversidade de leituras e leitores possíveis e que as motivações para leitura podem ser diversas. As ideias de motivações de leitura trazidas por Lourenço Filho (1945) e de níveis de leitura trazidas por Martins (1994) estão correlacionadas ao levarem em conta os diferentes aspectos consideráveis que impulsionam o leitor para a leitura. A biblioteca escolar como espaço de formação de leitores possui os meios e a estrutura para atender a essa diversidade e é justamente tendo contato direto com essas diferentes informações constantes dentro do ambiente da biblioteca que os leitores poderão constituir seus gostos e compreender as diferentes possibilidades de leitura existentes.

Dessa forma, a biblioteca escolar poderá desenvolver com os alunos um diálogo entre os diferentes níveis de leitura, indo além do conhecimento obtido dentro das salas de aula e se colocando como espaço que expande os conhecimentos dos seus leitores ao ensinar a lidar com a diversidade de informações, contribuindo assim, de forma direta na formação desses leitores. Além disso, ao contemplar essa diversidade, incentivará o desenvolvimento de vínculos entre os alunos, os diferentes tipos de leitura e a própria instituição biblioteca. Dessa forma, “Enfatiza-se então que a biblioteca escolar pode, sim, ser o local onde se forma o leitor crítico, aquele que seguirá, vida afora, buscando ampliar suas experiências existenciais através da leitura.” (SANTANA FILHO, 2005, p. 2).

Para que isso ocorra de forma efetiva, a biblioteca escolar precisa atuar como mediadora da informação. Apropriando-se dos conceitos da Pedagogia, a biblioteca se coloca dentro da ZDP como um meio para se chegar a diferentes informações e para habilitar a formação dos leitores, contribuindo com o desenvolvimento deles ao oferecer interações com os diversos tipos de informações dentro do ambiente da biblioteca, se propondo, através da mediação da informação, a construir novos conhecimentos em seus leitores.

Sendo esse espaço privilegiado dentro da escola, onde os alunos poderão interagir de forma direta com a informação e os outros sujeitos, a biblioteca escolar se põe como dispositivo dialógico de mediação informacional, uma vez que possui toda uma estrutura que se propõe a dialogar com os leitores e a contribuir

diretamente na sua formação, ao desenvolver vínculos entre os sujeitos e a informação. “É importante considerar que o acesso dos alunos aos livros não garante a formação de um leitor, e sim o trabalho do mediador é importante para que o gosto pela leitura seja integrado na sua formação.” (DIAS; ROMÃO, 2011, p. 160). É a partir do contato, da interação, do incentivo, da comunicação e da mediação que os alunos poderão se sentir atraídos para o universo da leitura.

Para isso, é necessário ir além de uma boa comunicação entre biblioteca escolar e alunos, todo o corpo escolar precisa estar em constante contato com a biblioteca escolar visando o desenvolvimento dos leitores, uma vez que a

Biblioteca escolar é um centro ativo da aprendizagem, portanto precisa ser vista como um núcleo ligado ao esforço pedagógico dos professores e não como um apêndice das escolas. A biblioteca escolar, portanto, deve trabalhar **com** os professores e alunos e não apenas para eles. (HILLHESHEIM; FACHIN, 2005, p. 37, grifo nosso).

É a partir dessa interação direta entre biblioteca e professores e biblioteca e alunos que se propiciará a formação de leitores. A sala de aula, como alfabetizadora dos alunos e a biblioteca escolar como ambiente educacional e cultural que possui a capacidade de integrar os alunos à informação.

Dessa forma, conquistando o leitor, as bibliotecas se transformam em um local no qual educação, ensino e lazer poderão encontrar-se, permitindo o acesso a informações a todos e contribuindo na formação de cidadãos. A biblioteca escolar justifica sua própria existência no desempenho das atividades de ensino, cultura e lazer desenvolvido dentro do ambiente escolar. (HILLHESHEIM; FACHIN, 2005, p. 38)

Utilizar a biblioteca escolar como centro formador de leitores dentro das escolas, além de alavancar a relação entre os alunos que estão passando pelo processo formador, incentivando a relação direta com a diversidade informacional e o desenvolvimento de sujeitos críticos que se apropriam dos conhecimentos, mostra aos alunos a importância de ambientes como a biblioteca para além da escola, desenvolvendo neles uma cultura de biblioteca que fará com que estes se sintam confortáveis em utilizar outros tipos de dispositivos informacionais e culturais, revelando a importância desses ambientes para o desenvolvimento da sociedade como um todo. O contato com a biblioteca escolar demonstra o quanto esse espaço

ainda é importante, principalmente em meio a Sociedade da Informação, pois possui as ferramentas necessárias para ensinar os alunos desde o início da vida escolar a fazer uso da informação de forma correta, ensinando-os a pesquisar e se apropriar das informações, tendo autonomia na busca informacional em diferentes suportes (PIERUCCINI, 2008). Ao atuar de forma direta na formação de leitores a biblioteca escolar poderá:

Levar a comunidade escolar à prática e ao gosto pela leitura de maneira integrada aos afazeres da escola, promovendo a formação de indivíduos autônomos e competentes em informação é, portanto, foco da atuação da biblioteca escolar, que deve buscar contribuir efetivamente para a formação de leitores de fato, capazes de se apropriar das informações contidas em diferentes suportes, enfocando a construção do conhecimento. (SILVA, 2015, p. 23).

A biblioteca escolar, portanto, é uma instituição que precisa ser valorizada dentro das escolas para que possa trabalhar conjuntamente na formação de leitores, a fim de que compreendam a leitura como um ato além de decodificar as palavras e saibam selecionar o que querem ou precisam ler, se apropriar das informações necessárias durante o ato de ler e consigam construir novos conhecimentos por meio da leitura. A biblioteca escolar possui as ferramentas necessárias para agir na formação de leitores, basta que seu papel dentro das escolas seja valorizado, que seu espaço seja bem articulado e que tenha um ambiente que amplie o ensino e a cultura por meio da interação, apropriação e comunicação entre os sujeitos e o ambiente informacional.

Como dizia Lourenço Filho (1945), ensino e biblioteca são complementares, e um, para realizar o seu papel satisfatoriamente frente à sociedade, necessita do outro. A biblioteca escolar não é uma instituição que se completa em si, ela depende diretamente das dinâmicas institucionais da escola em que atua para que possa encontrar sentido em seu trabalho formador. Da mesma forma, é importante que todo o corpo escolar veja a biblioteca como esse local capaz de expandir os conhecimentos dados dentro da sala de aula, como um ambiente que possui as ferramentas necessárias para trabalhar concomitantemente na formação dos novos leitores. Somente assim, somando as possibilidades, ensino e biblioteca se complementarão.

4 BIBLIOTECA ESCOLAR E FORMAÇÃO DE LEITORES: UMA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO

A discussão acerca da biblioteca escolar e o seu papel na formação de leitores não é algo que se restringe somente à biblioteconomia. Na área da educação também existem trabalhos que buscam analisar essa relação existente, trazendo à tona o papel da biblioteca escolar sob uma visão dos profissionais da educação. Pensando nisso, realizou-se uma busca por artigos da área da Educação, com o objetivo de compreender como o papel da biblioteca escolar na formação de leitores é apresentado a partir da perspectiva desses profissionais, tomando como base as discussões acima acerca da relevância e importância da biblioteca escolar como formadora de leitores.

Se, por sua vez, as pesquisas sobre a biblioteca escolar são extensas na área biblioteconômica, dentro da área da educação também é possível encontrar muitos trabalhos que buscam debater sobre o assunto. Essa interação entre temas de ambas as áreas é comum, uma vez que ensino e biblioteca se completam (LOURENÇO FILHO, 1945), e como tal, uma área acaba estando correlacionada a outra em suas atividades. Da mesma forma que a formação de leitores, que faz parte predominantemente da área educacional, aparece como temática dentro da discussão acerca da biblioteca escolar, esta, por sua vez, aparece como espaço relevante em discussões de áreas da educação.

Com a ideia de compreender como é feita essa abordagem e contrapor as visões, se necessário, de biblioteca escolar trazidas pela educação e pela biblioteconomia, foi feita uma pesquisa no Portal de Busca Integrada da Universidade de São Paulo (USP), que oferece, em uma única interface, registros de todos os materiais, sejam físicos ou digitais, que fazem parte do acervo da universidade. Assim, é possível ter acesso aos conteúdos das bibliotecas físicas, digitais e parcerias que a USP obtém, facilitando a recuperação de uma diversidade de materiais. Por essa característica abrangente é que o Portal de Busca Integrada foi escolhido para essa pesquisa.

Para realizar a pesquisa foi selecionada a busca avançada e utilizado os termos “biblioteca escolar” e “formação de leitores”; “biblioteca escolar” e “leitura”; e “biblioteca escolar” e “formação do leitor”, tipo de material artigos, em português e com data de publicação nos últimos dez anos. Para filtrar a busca, foi feita uma seleção de revistas da área da educação que deveriam ser incluídas no resultado e

revistas da área de biblioteconomia que deveriam ser excluídas, para que fossem obtidos mais resultados provenientes da primeira área. Foram selecionados três artigos de periódicos da área da educação para que possa ser feita uma breve análise de como a biblioteca escolar é vista e quais assuntos são associados a este espaço com relação a sua atuação dentro das escolas.

O artigo "Biblioteca escolar e formação de leitores: integração possível?" tem autoria de Flávia Brocchetto Ramos, Angelina Maria Vanin e Angela Balça (2017), Pós-Doutora em Educação, Bibliotecária e Professora, respectivamente; assim, ele traz uma visão multidisciplinar sobre o tema proposto. O artigo propõe analisar a aplicação do PNBE dentro de escolas da rede municipal pública de ensino de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, uma vez que a leitura aparece como processo importante para a vida em sociedade atualmente e a biblioteca escolar se caracteriza como um ambiente não formal de incentivo à leitura dentro das escolas.

Para compreender como é utilizado o acervo enviado pelo PNBE pelas bibliotecas das escolas, as autoras realizaram entrevistas com 5 profissionais responsáveis pelas bibliotecas, todos atuam como professores remanejados de diferentes áreas. Tal característica é comum em grande parte das bibliotecas escolares da rede pública do país, que comumente são compostas por um professor remanejado das salas de aula. Todavia, um ponto que chama atenção é que esses profissionais da rede de Caxias do Sul fizeram um curso de 40 horas para entender as dinâmicas da biblioteca; entretanto, um curso de graduação de biblioteconomia tem de 3 a 5 anos de duração, o que demonstra que 40 horas de curso não servem para compreender a maior parte das dinâmicas e necessidades profissionais dentro de uma biblioteca.

Seguindo com os resultados, vale ressaltar que o PNBE é um programa que, apesar de possuir em sua nomenclatura o nome da biblioteca escolar, leva em consideração somente a distribuição de livros para as escolas e bibliotecas. É necessário que sejam elaboradas ações dentro do ambiente bibliotecário para que a distribuição desses livros faça sentido. No entanto, conforme indicado pelas autoras no artigo, a premissa do programa se mantém e o que ocorre é uma distribuição desses livros pelas escolas, tendo a biblioteca o papel de comunicar e entregar aos professores tais livros, o que indica pouca utilidade da biblioteca em ações de incentivo à leitura levando em consideração os livros do PNBE.

A biblioteca escolar mais uma vez aparece somente como o espaço que realiza os procedimentos técnicos, guarda e distribuição para o corpo docente dos livros, sem realizar ações que visem a formação de leitores dentro do seu ambiente, sendo vista, dessa forma, somente como um espaço de apoio e não de formação.

Infelizmente o que é indicado neste artigo é uma realidade em muitas escolas da rede pública brasileira, que não possuem um profissional bibliotecário formado para a atuação dentro das bibliotecas e não participam diretamente dos processos de formação que envolvem os livros e a leitura, parte fundamental da biblioteca escolar. Essa é uma realidade que precisa ser alterada. O papel da biblioteca escolar na formação de leitores é necessário para que esses compreendam a leitura como parte da construção social e cultural. As autoras deixam claro em suas considerações finais essa falta de utilização real da biblioteca, comparando com a aplicabilidade de programas relacionados ao PNBE em Portugal, no qual acaba ocorrendo a mesma situação.

Por ser um artigo que contém autoria de áreas correlatas entre educação e biblioteconomia, a sua estrutura se faz muito favorável ao papel da biblioteca escolar atuante frente às atividades escolares, não somente como um espaço que serve de apoio para a distribuição de livros aos professores, defendendo, portanto, a relevância da biblioteca escolar como um espaço dinâmico e não apenas voltado aos procedimentos técnicos.

O segundo artigo selecionado foi "A biblioteca escolar e as crianças: novos conceitos, velhos desafios", de autoria de Maristela Aparecida Nunes, Aliandra Cristina Mesomo Lira e Marcos Gehrke (2020). Nesse artigo, os autores se debruçam sobre a história da biblioteca escolar e as concepções de biblioteca escolar ao longo dos anos, a fim de compreender qual o papel dessa instituição dentro das escolas.

Com uma análise aprofundada da biblioteca escolar, os autores escrevem sobre o histórico dessa instituição no Brasil, trazendo as características e mudanças que fizeram com que a biblioteca escolar fosse se transformando ao longo dos anos até a forma conhecida hoje. Para compreender a relevância dessa instituição, trazem concepções de biblioteca escolar e discutem as problemáticas que fazem com que esse espaço seja desvalorizado, apontando que a própria legislação da área, a lei de universalização das bibliotecas, traz uma definição simplista do significado desse espaço. Destacam que o espaço da biblioteca se inovou ao longo

dos anos, transformando-se em um ambiente de ensino e cultura que preza pela disseminação da informação.

Por fim, os autores analisam a relevância da biblioteca escolar frente às novas tecnologias digitais, como um espaço que contribui na utilização desses novos recursos e que é necessário para a formação de leitores que saibam se utilizar das informações. E por essa importância, é preciso modificar os olhares que se tem da biblioteca, aplicando ensinamentos sobre a sua necessidade nos cursos de formação dos professores.

Nesse artigo, os autores demonstram toda a importância que deve ser dada a biblioteca escolar pela educação, olhando-a não somente como um espaço de apoio ao corpo docente, mas como um espaço relevante para a formação dos sujeitos, para que sejam capazes de compreender e lidar com as informações disponíveis. Fazem uma defesa da biblioteca escolar como ambiente necessário e que precisa ser visto com outros olhos e finalizam com uma indicação que seria muito importante para que a biblioteca escolar fosse valorizada dentro das escolas: a discussão desses espaços dentro de cursos da educação. Tal iniciativa seria de extrema importância para que, desde a formação, os docentes tenham a perspectiva da pertinência que a biblioteca escolar tem dentro das escolas.

O terceiro artigo, “Reflexões sobre a formação do leitor mirim: leitura, literatura infantil e biblioteca escolar” de Cyntia Graziella Guizelim Simões Giroto (2013), tem como foco a importância da leitura para o desenvolvimento das crianças dentro das escolas. Destaca como a leitura desenvolveu-se ao longo dos anos, principalmente frente às novas tecnologias, e a necessidade de os professores reconhecerem esse panorama social da leitura para que o ato de ler tenha sentido para os pequenos leitores. Traz a leitura como um ato atrelado à realidade de cada indivíduo, ao contexto social em que cada um se insere e a necessidade de torná-la um ato além da decodificação, para que os sujeitos, ao aprender a ler, compreendam a importância da leitura no cotidiano.

Com base nisso, a autora traz a literatura infantil como parte importante nesse processo de criação do leitor, por sua característica lúdica, possuindo a capacidade de expandir a relação entre o livro e o leitor para além da leitura da palavra, despertando diversas sensações e emoções nos leitores em formação. Seguindo em suas especulações, questiona a relevância da biblioteca escolar na formação de leitores e traz dados que são muito interessantes. Para embasar seu

questionamento, faz uso de um estudo realizado nas cidades de Presidente Prudente, Marília e Assis, cidades do Estado de São Paulo, com bibliotecas de escolas públicas de ensino fundamental.

O primeiro ponto que vale destacar é que não são bibliotecários que atuam nessas bibliotecas pesquisadas, mas sim professores. Ao fazer tal indicação, a autora complementa que existe nesses profissionais uma cultura de biblioteca como depósito e que seria necessária uma formação mais específica para atuação desses professores dentro de bibliotecas durante a licenciatura. A problematização dessa afirmação é que não é necessária essa especialização dos professores para que atuem em biblioteca escolar, uma vez que existe um profissional próprio para esse espaço: o bibliotecário. O que deveria ocorrer é a valorização da presença do bibliotecário dentro das bibliotecas escolares, e uma complementação dentro da formação de licenciatura que leve em consideração a necessidade da biblioteca dentro das escolas e as possibilidades de formação que esse espaço possui, criando, portanto, uma comunicação direta já desde a formação entre os futuros professores e a biblioteca. Apesar disso, o texto reafirma o prejuízo que é não ter um bom profissional e um espaço adequado para a biblioteca, pois os resultados demonstram que a biblioteca não é vista como um espaço relevante e formador de leitores, sendo utilizada somente quando o professor vê necessidade.

O artigo traz a importância da leitura na sociedade atual para o desenvolvimento das crianças e demonstra os déficits existentes dentro das escolas para que a formação dos leitores deixe de ser algo mecânico, considerando a biblioteca escolar como um espaço de relevância atrelado à mediação da leitura. Apesar disso, traz perspectivas que precisam ser revistas, como a utilização de professores dentro das bibliotecas, ignorando a importância do bibliotecário para o desenvolvimento da biblioteca dentro das escolas.

Analisar como a biblioteca escolar e sua relação com a formação de leitores é trabalhada dentro de artigos de periódicos de áreas da educação serve para compreender a visão da área correlata sobre essa associação a ser estabelecida dentro das escolas. É interessante ver como a biblioteca escolar, nesses artigos, é vista como um espaço necessário dentro das escolas e que precisa ser entendido como importante para a formação dos sujeitos. No entanto, velhas questões surgem e precisam de esclarecimentos mais aprofundados, como a falta de um profissional bibliotecário dentro das escolas e a aceitação de que professores atuem no lugar

desses outros. Além disso, dois dos artigos trazem estudos de caso que demonstram a falta de investimento em atividades na biblioteca, servindo somente como espaço de armazenamento e auxílio aos professores, o que deixa claro a visão dos autores de que a biblioteca precisa ser melhor estruturada dentro das escolas.

Tal discussão demonstra que uma parcela dos profissionais da educação vislumbra a biblioteca escolar como importante no ensino dentro das escolas. A perspectiva de que a biblioteca deve atuar além de um apoio aos professores e à sala de aula está clara na escrita desses artigos. É suscitado, em pelo menos dois dos artigos, o PNBE como um programa que dá luz às bibliotecas escolares, no entanto, como afirmado nos próprios artigos, a distribuição de livros proposta pelo programa não é relevante para a utilização da biblioteca, sendo direcionados para a utilização pelos professores em aula. Como já dito, o programa associa a distribuição de livros a biblioteca escolar (VIANA, 2014), mas, apesar da nomenclatura, fica evidente através dos artigos analisados, a inutilização da biblioteca escolar mesmo com o PNBE em funcionamento, comprovando a necessidade de corpo escolar e biblioteca melhorarem seus esforços em busca da valorização da biblioteca escolar em prol da educação das crianças e jovens.

Analisar esses artigos, principalmente o primeiro e o terceiro que trazem uma pesquisa de campo, demonstra que a discussão sobre a relevância das bibliotecas escolares dentro das escolas não está perto de acabar. Mesmo com legislações e engajamento de profissionais de ambas as áreas, a realidade é que a biblioteca escolar ainda aparece como um lugar renegado dentro das escolas, sem ter o seu devido valor na formação dos alunos e na disseminação da informação e cultura. Profissionais bibliotecários e profissionais da educação precisam se unir para juntos reivindicarem as melhorias necessárias para que as crianças e os jovens saiam da escola sabendo se utilizar verdadeiramente das informações, sendo leitores críticos e participativos da vida em sociedade; biblioteca escolar e sala de aula, atuando em conjunto, possuem a capacidade de formar esses leitores. Portanto, é válido persistir nessa discussão, e demonstrar, principalmente aos governantes, a necessidade de investir mais fortemente em políticas que visem as melhorias e o direito de acesso às bibliotecas escolares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca da biblioteca escolar pode ser direcionada para diversas questões que integram esta instituição, por exemplo, a necessidade de um espaço bem arranjado, de um acervo diversificado, de atividades bem desenvolvidas, a importância do bibliotecário, a atuação como espaço de mediação, entre outras questões para se tratar sobre biblioteca escolar. No entanto, todas essas características que compõem a biblioteca escolar reverberam para a plena atuação desse espaço na aprendizagem dos alunos. Uma vez que a biblioteca traga todas essas características em sua estrutura, poderá articular seu trabalho ao do corpo docente e atuar diretamente na formação dos leitores.

Fica evidente que a biblioteca escolar, ao ser valorizada dentro das escolas, trabalhando em conjunto com os professores no processo de alfabetização e formação de leitores, possui ferramentas que serão capazes de desenvolver um elo com a leitura, mostrando que o ato de ler não deve ser algo mecanizado e voltado somente para atender às demandas escolares, mas sim, ato repleto de significação, que pode atender às diferentes necessidades de leitura de cada indivíduo e que possibilita um diálogo com as diferentes informações em seus variados suportes.

A biblioteca não fica somente centrada como um local de entrega de livros, conforme a solicitação dos docentes, mas se coloca como um ambiente que integra o corpo escolar. Por meio das informações dispostas em seu ambiente, ela consegue ensinar aos leitores a como lidar com a informação, como encontrar o que necessitam e, principalmente, como gerar novos conhecimentos ao se apropriarem dessas informações. Ler deixa de ser algo obrigatório para se tornar atividade essencial para o desenvolvimento social dos sujeitos. Dessa forma, a biblioteca escolar explora a capacidade de ensino-aprendizagem dos alunos, sendo um espaço que tanto dialoga com os aspectos educacionais da escola, como expande suas atividades para os diferentes contextos culturais presentes na sociedade.

O panorama histórico dessa instituição, no entanto, demonstra as dificuldades de estabelecer a biblioteca escolar dentro das escolas. Mesmo estando presente desde o início da história do país, a biblioteca não faz parte da cultura brasileira. As tentativas de articulação para a valorização da biblioteca não surtem efeito e as pessoas, por vezes, não veem a biblioteca como espaço importante para a sociedade. Por essa razão, criar vínculos entre as crianças e a biblioteca, dentro das

escolas, poderá mostrar o papel que essa instituição informacional desempenha para sociedade.

Grandes passos já foram dados no passado, e outros são dados no presente, para que a biblioteca escolar se torne uma realidade nas escolas. A Lei nº12.244/10, e seus desdobramentos e implicações, é um marco para aqueles que buscam há anos dialogar com os governantes para que a biblioteca escolar esteja presente na educação brasileira. É preciso continuar a luta, buscando levar para esses governantes tanto os problemas que a própria lei possui, quanto a falta de cumprimento por parte dos estados e municípios. Implantar bibliotecas nas escolas é um benefício para a sociedade como um todo, pois os alunos sairão como leitores que sabem lidar com a informação de forma crítica e consciente, e, seguindo os próprios índices do PISA (OCDE, 2019), será alavancado o desenvolvimento do país.

Articular biblioteconomia e educação para que isso se torne uma realidade é essencial, uma vez que a biblioteca escolar compreende os dois campos. É preciso um diálogo constante entre profissionais para que a biblioteca escolar atue diretamente na formação de leitores e não seja somente um espaço secundário nas escolas. Biblioteca e sala de aula, juntas, possibilitarão a formação de leitores que compreendam o contexto social como importante em sua formação e que interajam entre si para o compartilhamento e a troca constante de informações.

A biblioteca escolar, constituída a partir de novas concepções e configurações coerentes com a contemporaneidade, é um espaço fundamental de ensino e aprendizagem, que possui ferramentas necessárias para construir uma relação significativa entre os leitores e o processo de leitura. Somente atuando diretamente na formação dos leitores dentro das escolas é que ela cumprirá o seu dever social na formação do pensamento crítico, de sujeitos interessados e vinculados com o conhecimento e com os saberes, condição que implica o diálogo permanente com o patrimônio simbólico e com a memória social.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 12. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006. 203 p. (Linguagem e cultura, v.3)

BARTHO, Viviane Dinês de Oliveira Ribeiro. **Formação de leitores**: movimentos dialógicos e relação de alteridade em réplicas de leitura. 2019. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-22022021-172916/pt-br.php>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Língua Portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental, 1997. 92 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Ao revés do avesso**: leitura e formação. São Paulo: Pulo do Gato, 2015. 141 p.

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura**. [S.l.]: 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dados-do-inep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

CAMPELLO, Bernadete. *et. al.* Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. [S.l.], v.18, n.37, p. 123-156, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p123>. Acesso em: 14 jan. 2023.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011. 100 p.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; COPPOLA JUNIOR, Claudinei. Biblioteca escolar e a lei 12.244/2010: caminhos para implantação. **Biblioteca Escola em Revista**, [S.l.], v.1, n.1, p. 30-41, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16884>. Acesso em: 18 set. 2022.

CHAGAS, Magda. Outros sentidos sobre leituras e leitores na biblioteca escolar. *In*: CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa (orgs.). **Dizeres sobre a biblioteca escolar**: palavras em movimento. Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2011. p. 45-56.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 159 p.

CITELLI, Adilson. Signo e Persuasão. *In*: CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. São Paulo: Editora Ática, 2005. p. 24-47. (Série Princípios)

CÔRTE, Adelaide Ramos; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011. 176 p.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 451 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 30 dez. 2022.

DIAS, Sandra Mônica de Freitas; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Discursos sobre leitura e biblioteca escolar. *In*: CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa (orgs.). **Dizeres sobre a biblioteca escolar: palavras em movimento**. Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2011. p. 151-182.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Os múltiplos aspectos e interfaces da leitura. **DataGamaZero – Revista de Ciência da Informação**, [S.l.], v.3, n. 6, 2002. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/5446>. Acesso em: 30 dez. 2022.

FARIAS, Fabíola Ribeiro; BRITTO, Luiz Percival Leme. A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v.12, n.3, p. 826-836, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19155>. Acesso em: 18 set. 2022.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. *In*: FIORIN, José Luiz (org). **Introdução à Lingüística**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 55-74.

FIORON, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006. 144 p.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, p. 124-131, 2002. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/380/460>. Acesso em: 02 jul. 2022.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. *In*: FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-31.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **O pensamento de Vygotsky e Bakhtin no Brasil**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1994. 192 p.

GIROTTTO, Cyntia Graziella Guizelim Simões. Reflexões sobre a formação do leitor mirim: leitura, literatura infantil e biblioteca escolar. **Ensino em Re-Vista**, [S.l.], v.20, n.2, p. 341-356, 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/23711>. Acesso em: 21 jan. 2023.

GUIDA, Rosemarilany Barbosa. Breve histórico da biblioteca escolar no Brasil. *In: IV Fórum de Biblioteconomia Escolar: pesquisa e práticas rumo ao desenvolvimento humano*. Vitória - ES: FEBAB, 2019, v. 28, p. 1–5. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/2993>. Acesso em: 2 jul. 2022.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Biblioteca escolar e leitura. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v.8, n.1, p.35-45, ago. 2005. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/404>. Acesso em: 30 dez. 2022.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v.4, n.4, p. 64-79, 1999. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/64789>. Acesso em: 15 set. 2022

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar**. 2.ed. [S.l.]: IFLA, 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 06 out. 2022.

IFLA. **Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolas**. São Paulo: IFLA, 1999. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2021.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Ensino e Biblioteca. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v.6, n.17, p. 5-24, out. 1945.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 405 p.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. 93 p. (Coleção Primeiros Passos, 74)

MARTINS, Wilson. As bibliotecas na Antiguidade e na Idade Média. In: MARTINS, Wilson **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 71- 92.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 107 p. (Coleção primeiros passos)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)**. [S.l.]: [2019]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa>. Acesso em: 14 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. [S.l.]: [201-?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979. 234 p.

MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**: conferência lida no Salão de Conferências da biblioteca do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no dia 23 de setembro de 1943. Rio de Janeiro: Editora da casa do estudante do Brasil, 1943. 64 p.

MORAIS, José. **A arte de ler**. São Paulo: UNESP, 1996. 327 p.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt. Bibliotecas: leituras, leitores, bibliotecários: abordagem à teoria da ação comunicacional de Adriano Rodrigues. In: CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de; ROMÃO, Lucília Maria Sousa (orgs.). **Dizeres sobre a biblioteca escolar**: palavras em movimento. Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2011. p. 29-44.

NEVES, Patricia de Andrade; ROSA, Gabrielle Perotto de Souza da. A leitura na escola: uma interface entre as contribuições de Bakhtin e a consciência textual na formação do leitor. **Caletroscópio**, [S.l.], v.7, n. especial, p. 211-223, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/caletroscopio/article/view/3859>. Acesso em: 30 dez. 2022.

NUNES, Maristela Aparecida; LIRA, Aliandra Cristina; GEHRKE, Marcos. A biblioteca escolar e as crianças: novos conceitos, velhos desafios. **Acta Scientiarum. Education**, [S.l.], v.43, n.1, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/47845>. Acesso em: 21 jan. 2023.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. A constituição teórico-metodológica da Biblioteca Escola: contribuição dos grupos de pesquisa do CNPq no campo da Ciência da Informação. **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S.l.], v.32, n.1, p.146-162, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/105799>. Acesso em: 14 jan. 2023.

OLIVEIRA, Debora Santos de; SOUZA, Elisabete Gonçalves. Esboço histórico da trajetória da biblioteca escolar no Brasil Colônia. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 27-34, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150705>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Brasil – Notas sobre o País – Resultados do PISA 2018**. [S.l.]: 2019. 11 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2018/pisa_2018_brazil_prt.pdf. Acesso em: 21 jan. 2023.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Biblioteca escolar: o que é? **Educação em Foco**, [S. l.], v.19, n.29, p. 87-106, 2017. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1923>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PIERUCCINI, Ivete. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/pt-br.php>. Acesso em: 06 out. 2022.

PIERUCCINI, Ivete. Biblioteca escolar, pesquisa e construção do conhecimento. *In*: ROMÃO, Lucília Maria Sousa (org.). **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alfabeta Editora, 2008. p. 41-69.

RAMOS, Flávia Brocchetto; VANIN, Angelina Maria; BALÇA, Angela. Biblioteca escolar e formação do leitor: integração possível? **Imagens da Educação**, [S.l.], v. 7, n.2, p. 1-10, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/35632>. Acesso em: 21 jan. 2023.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

ROCA, Glòria Durban. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escolar. Porto Alegre: Penso, 2012. 110 p.

SANTANA FILHO, Severino Farias de. O papel da biblioteca escolar na formação do leitor. *In*: Congresso de Leitura do Brasil, 15, 2005, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2005. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais15/index.htm. Acesso em: 30 dez. 2022.

SANTOS, Beatriz Andreotti dos; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Percalços na educação crítica: o potencial da biblioteca escolar. **Informação & Informação**, [S.l.], v.26, n.3, p. 27-49, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/165612>. Acesso em: 31 ago. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013. 304 p.

SILVA, Elaine da. A contribuição da biblioteca escolar na formação de leitores enfocando o desenvolvimento individual e organizacional. **Biblioteca Escolar em Revista**, [S.l.], v.3, n.2, p.15-30, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106608>. Acesso em: 30 dez. 2022.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/74863>. Acesso em: 02 jul. 2022

SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. (Coleção Palavra-Chave, v.17).

Disponível em: <https://abecin.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Fazeres-cotidianos.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2023.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999. 119 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 558 p.

SCHWARCZ, Lilia Schwarcz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 709 p.

SOUZA, Joel. Perspectiva histórica de concepção da Lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento. **BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, [S./], v.31, n.2, p. 99-129, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/22667>. Acesso em: 18 set. 2022.

VIANA, Lilian. **Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades**. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18122014-094444/pt-br.php>. Acesso em: 02 jul. 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debater. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577–588, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/L9NXYsJMYvyRSvPfPxZRgSq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2022.

VIDAL, Diana Gonçalves. Experiências do passado, discussões do presente: a Biblioteca Escola Infantil do Instituto de Educação Caetano de Campos (1936-1966). **Perspectivas em ciência da informação**, [S./], v. 19, número especial, p. 195–210, 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2275>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ZILBERMAN, Regina; LAJOLO, Marisa. **A formação de leitura no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2019. 468 p.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da (orgs.). **Leitura: perspectivas interdisciplinares**. São Paulo: Editora Ática, 1988. 115 p.